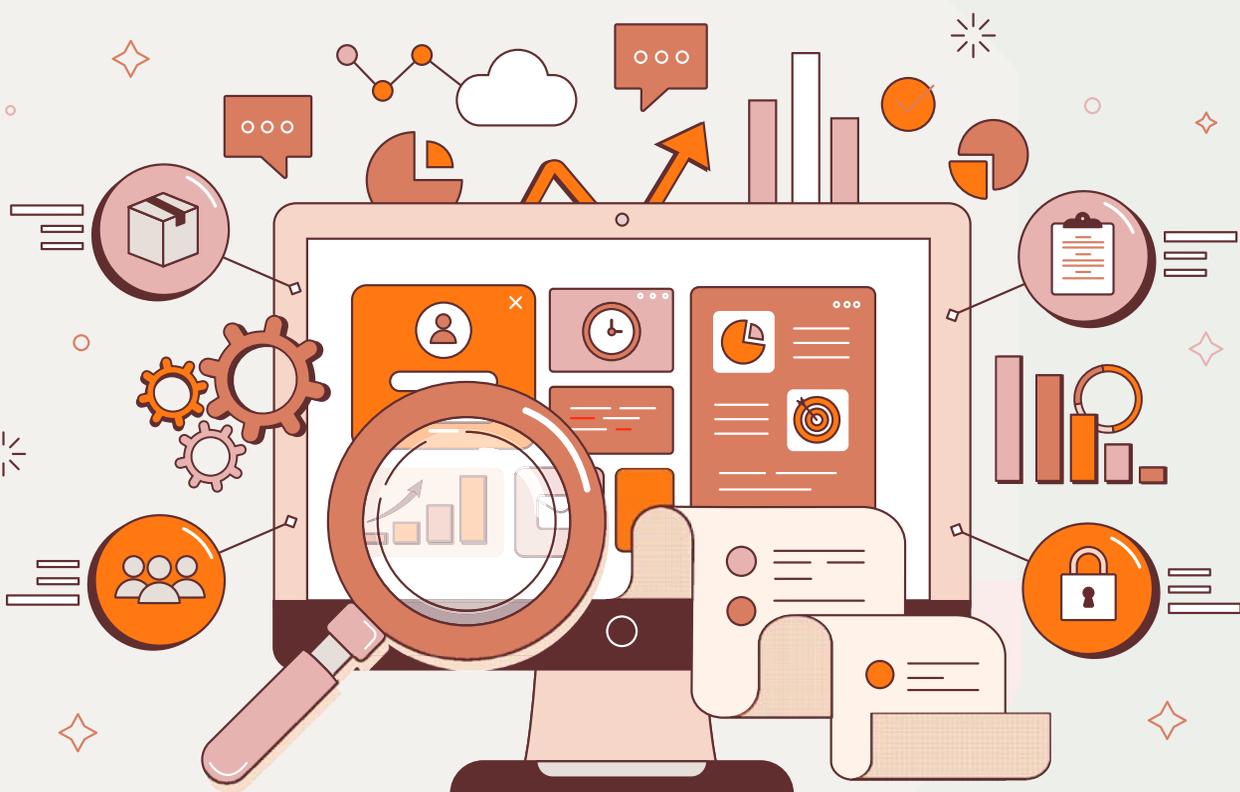


# RELATÓRIO DE ATIVIDADES

# 2023



**STJ**

Secretaria de  
Auditoria Interna



---

**RELATÓRIO  
DE ATIVIDADES**

2023

**© SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

**DISPONÍVEL EM**

<https://transparencia.stj.jus.br/auditoria-interna/relatorios-de-atividades/>

**CONTATO**

[auditoria@stj.jus.br](mailto:auditoria@stj.jus.br)

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)**

---

B823r

Brasil. Superior Tribunal de Justiça.  
Relatório de atividades 2023 / Superior Tribunal de Justiça,  
Secretaria de Auditoria Interna. — Brasília : Superior Tribunal de  
Justiça — STJ, 2023.

Dados eletrônicos (1 arquivo : PDF 80 páginas).  
Disponível em: <https://bdjur.jus.br/jspui/eISBN978-6588022-37-5>

1. Planejamento estratégico, relatório, Brasil. 2. Planejamento  
estratégico, gestão, Brasil. 3. Planejamento estratégico, administração,  
Brasil. I. Título.

**CDU 65.012.2:347.992(81)(047)**

---

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Najla Bastos de Melo CRB 1/1893

# Expediente

---

## **Secretaria de Auditoria Interna**

Ana Paula Santana da Silva – Titular

## **ELABORAÇÃO**

### **Gabinete da Secretaria de Auditoria Interna**

Agma Cristina Santos Saraiva Castello

Emilia de Abreu Araújo Rodrigues

Jéssica Fernandes de Oliveira

## **COLABORAÇÃO**

### **Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações**

Diocésio Sant'Anna da Silva

Ana Lúcia Torres Soares Cavalcante

### **Coordenadoria de Auditoria de Pessoal**

Rejane Ribeiro Mangabeira

Danilo Silva Bezerra

Luis Fernandes Rodrigues do Nascimento

Wilker Oliveira de Souza

### **Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão**

Eduardo Martins dos Santos

### **Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação**

Wadson Sampaio Pereira

## **APOIO ADMINISTRATIVO**

Alana Paz de Lima Nobre

Maria Eduarda Bernardes Mendes

Mariana Araújo Brito Neves Macedo

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

### **Secretaria de Comunicação Social**

Coordenadoria de Múltiplos Meios

# Composição do STJ

Ministra **Maria Thereza Rocha de Assis Moura** <sup>1</sup>  
Ministro Geraldo **Og Nicéas Marques Fernandes** <sup>2</sup> <sup>3</sup>  
Ministro **Francisco Cândido de Melo Falcão** Neto  
Ministra Fátima **Nancy Andrichi**  
Ministro **João Otávio de Noronha**  
Ministro **Humberto Eustáquio Soares Martins**  
Ministro Antonio **Herman de Vasconcellos e Benjamin**  
Ministro **Luis Felipe Salomão** <sup>4</sup>  
Ministro **Mauro Luiz Campbell Marques** <sup>6</sup>  
Ministro **Benedito Gonçalves**  
Ministro **Raul Araújo Filho** <sup>5</sup>  
Ministra Maria **Isabel Diniz Gallotti** Rodrigues  
Ministro **Antonio Carlos Ferreira**  
Ministro Ricardo **Villas Bôas Cueva**  
Ministro **Sebastião Alves dos Reis Júnior**  
Ministro **Marco Aurélio Gastaldi Buzzi**  
Ministro **Marco Aurélio Bellizze** Oliveira  
Ministro **Sérgio Luíz Kukina**  
Ministro Paulo Dias de **Moura Ribeiro**  
Ministra **Regina Helena Costa**  
Ministro **Rogério Schietti Machado Cruz** <sup>7</sup>  
Ministro Luiz Alberto **Gurgel de Faria** <sup>8</sup>  
Ministro **Reynaldo Soares da Fonseca**  
Ministro Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**  
Ministro **Antonio Saldanha Palheiro**  
Ministro **Joel Ilan Paciornik**  
Ministro **Messod Azulay Neto**  
Ministro **Paulo Sérgio Domingues**  
Ministro **Teodoro Silva Santos**  
Ministro José **Afrânio Vilela**  
Ministra **Daniela Rodrigues Teixeira**

Desembargador **Jesuíno Aparecido Rissato**  
Desembargador **Otávio de Almeida Toledo**

Diretor-Geral **Sergio José Americo Pedreira**  
Secretário Geral **Carl Olav Smith**  
Secretário Executivo **Alexandre Domingos de Affonso Fabre**

## CARGOS

<sup>1</sup> Presidente

<sup>2</sup> Vice-Presidente

<sup>3</sup> Corregedor-Geral da Justiça Federal

<sup>4</sup> Corregedor Nacional de Justiça

<sup>5</sup> Diretor da Revista

<sup>6</sup> Diretor-Geral da Enfam

<sup>7</sup> Ministro Ouvidor

<sup>8</sup> Ministro Ouvidor Substituto

# Resumo

---

## O Relatório de Atividades da Secretaria de Auditoria Interna – AUD 2023

tem como objetivo informar sobre a atuação e o desempenho da unidade de auditoria interna do Superior Tribunal de Justiça. O documento demonstra os principais resultados da unidade na condução da atividade de auditoria interna no exercício de 2023, conforme determinação dos artigos 4º, I, da Resolução CNJ n. 308/2020 e 5º da Resolução n. 422/2021. Por meio da compilação e análise de dados, o Relatório aborda o planejamento realizado, o desempenho das metas estabelecidas no Plano Diretor 2022-2025, a realização dos serviços contidos no Plano Anual de Auditoria, o resultado do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI), os resultados da Gestão, os principais riscos e fragilidades de controle no Tribunal, o perfil dos servidores da AUD, e a capacitação técnica e gerencial de toda a equipe da Secretaria. Em relação aos resultados das atividades finalísticas, foram concluídas 7 auditorias, 17 auditorias de contas, 3 conferências nos Relatórios de Gestão Fiscal, 243 atos de registro de pessoal (127 admissões, 95 aposentadorias, 21 pensões), 23 monitoramentos e 2 consultorias. Nesse contexto, conclui-se que a Secretaria de Auditoria Interna possui diversos desafios a enfrentar para fazer frente às novas tendências do ambiente que integra, o qual exige agilidade na atuação. Há uma necessidade continuada de aprimoramento dos processos de comunicação interna e com as partes envolvidas; do desenvolvimento em governança institucional, gestão de riscos, prestação de contas, governança de privacidade e proteção de dados, segurança cibernética, inteligência artificial, modelo de capacidade da auditoria interna, reporte e gestão.

**Palavras-chave:** relatório; relatório de atividades; auditoria interna.

# Lista de Siglas

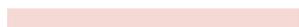
<b>ACIN</b>	Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão
<b>AGE</b>	Assessoria de Gestão Estratégica
<b>AGS</b>	Assessoria de Gestão Socioambiental
<b>AI</b>	Auditoria Interna
<b>AJU</b>	Assessoria Jurídica
<b>AUD</b>	Secretaria de Auditoria Interna
<b>AQ</b>	Adicional de Qualificação
<b>ASES</b>	Avaliador e Simulador de Acessibilidade em Sítios
<b>CAUC</b>	Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações
<b>CAUG</b>	Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e de Gestão
<b>CAUP</b>	Coordenadoria de Auditoria de Pessoal
<b>CAUT</b>	Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia da Informação
<b>CEFOR</b>	Centro de Formação e Gestão Judiciária
<b>CJ</b>	Cargo em Comissão
<b>CNJ</b>	Conselho Nacional de Justiça
<b>DICON</b>	Conselho de Dirigentes de órgãos de Controle Interno da União
<b>ENFAM</b>	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
<b>FC</b>	Função Comissionada
<b>GDG</b>	Gabinete do Diretor Geral
<b>GLP</b>	Gás Liquefeito de Petróleo
<b>GP</b>	Gabinete da Presidência
<b>IA-CM</b>	Internal Audit Capability Model
<b>IGAC</b>	Índice Geral de Avaliação Contínua
<b>IIA</b>	Institute of Internal Auditors
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>PACaud</b>	Política de Capacitação da Secretaria de Auditoria Interna
<b>PCaq</b>	Plano Anual de Contratações e Aquisições
<b>PAQMAI</b>	Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna
<b>PIVAUD</b>	Programa de Incentivo e Valorização dos Servidores da AUD
<b>RAE</b>	Reunião de Análise Estratégica
<b>RAQ</b>	Relatório de Avaliação da Qualidade
<b>RAT</b>	Reunião de Análise Tática
<b>RDS</b>	Relatório de Desempenho Setorial
<b>RPPS</b>	Regime Próprio de Previdência Social
<b>RGF</b>	Relatório de Gestão Fiscal

---

<b>RGPS</b>	Regime Geral de Previdência Social
<b>SACOP</b>	Sistema de Acompanhamento Eletrônico de Contratação Pública
<b>SAD</b>	Secretaria de Administração
<b>SADEC</b>	Seção de Auditoria de Despesas Contratuais
<b>SADEP</b>	Seção de Auditoria de Desempenho e Benefícios de Pessoal
<b>SADIP</b>	Seção de Auditoria de Direitos e Informações de Pessoal
<b>SAETI</b>	Seção de Auditorias Especiais em Tecnologia da Informação
<b>SAGTI</b>	Seção de Auditoria da Gestão de Tecnologia da Informação
<b>SALIC</b>	Seção de Auditoria de Licitações e Contratos
<b>SARH</b>	Sistema Integrado de Recursos Humanos e Saúde
<b>SCO</b>	Secretaria de Comunicação
<b>SEACO</b>	Seção de Auditoria Contábil
<b>SEAUG</b>	Seção de Auditoria de Governança, Gestão e Prestação de Contas
<b>SEI</b>	Sistema Eletrônico de Informação
<b>SGP</b>	Secretaria de Gestão de Pessoas
<b>SIADU-JUD</b>	Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário
<b>SIAFI</b>	Sistema Integrado de Administração Financeira
<b>SIS</b>	Secretaria de Serviços Integrados de Saúde
<b>SPIUnet</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
<b>SPU</b>	Secretaria de Patrimônio da União
<b>STI</b>	Secretaria de Tecnologia da Informação
<b>STJ</b>	Superior Tribunal de Justiça
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União
<b>TI</b>	Tecnologia da Informação
<b>TSE</b>	Tribunal Superior Eleitoral
<b>VPDs</b>	Variações Patrimoniais Diminutivas

---

# Lista de Abreviaturas



<b>Art.</b>	Artigo
<b>N.</b>	Número
<b>Res.</b>	Resolução

# Lista de Tabelas

<b>TABELA 1</b>	Perfil dos servidores ativos por cargo efetivo e formação acadêmica
<b>TABELA 2</b>	Entrada e saída de servidores por cargo efetivo
<b>TABELA 3</b>	Execução das ações do Plano Anual de Auditoria
<b>TABELA 4</b>	Sumários Executivos
<b>TABELA 5</b>	Quantidade de ações de fiscalização monitoradas por ano
<b>TABELA 6</b>	Situação das recomendações
<b>TABELA 7</b>	Escala de avaliação contínua da qualidade
<b>TABELA 8</b>	Produtos IA-CM
<b>TABELA 9</b>	Ações estruturantes
<b>TABELA 10</b>	Reuniões realizadas
<b>TABELA 11</b>	Capacitações realizadas por segmento e carga horária
<b>TABELA 12</b>	Auditoria e Controle: horas por curso
<b>TABELA 13</b>	Capacitação por tipo, temática e curso
<b>TABELA 14</b>	Mecanismo de Supervisão e Apoio à Auditoria Interna
<b>TABELA 15</b>	Principais Riscos de Controle Levantados nos Trabalhos da AUD 2023

# Lista de Figuras

---

<b>FIGURA 1</b>	Secretaria de Auditoria Interna em números – 2023
<b>FIGURA 2</b>	Organograma da Secretaria de Auditoria Interna
<b>FIGURA 3</b>	Mapa Estratégico da Secretaria de Auditoria Interna do STJ – Ciclo 2022 – 2025
<b>FIGURA 4</b>	Relatório de Auditoria nas Contas Anuais 2023
<b>FIGURA 5</b>	Níveis de capacidade e conceitos para classificação de auditoria interna do STJ
<b>FIGURA 6</b>	Plano Diretor 2022 – 2025
<b>FIGURA 7</b>	Plano Operacional 2023
<b>FIGURA 8</b>	Manual de Consultoria
<b>FIGURA 9</b>	Política de Comunicação da AUD

# Lista de Gráficos

---

<b>GRÁFICO 1</b>	Quantidade de Servidores da AUD por cargos e especialidades – 2023
<b>GRÁFICO 2</b>	Status das Ações de Fiscalização
<b>GRÁFICO 3</b>	Representatividade dos ciclos contábeis nas Variações Patrimoniais Diminutivas – VPDs
<b>GRÁFICO 4</b>	Representatividade de Análises Mandatórias
<b>GRÁFICO 5</b>	Quantidade de recomendações emitidas por unidade auditada
<b>GRÁFICO 6</b>	Situação das recomendações em 31/12/2023
<b>GRÁFICO 7</b>	Índice de cada elemento dos questionários aplicados em 2023
<b>GRÁFICO 8</b>	Resultados do Índice Geral de Avaliação Contínua (IGAC) por auditoria e tipo de respondente em 2023
<b>GRÁFICO 9</b>	Atividades essenciais do nível 3
<b>GRÁFICO 10</b>	Situação das ações estruturantes em 2023
<b>GRÁFICO 11</b>	Satisfação com a AUD
<b>GRÁFICO 12</b>	Resultados da Pesquisa de Satisfação com a Comunicação Interna
<b>GRÁFICO 13</b>	Pesquisa de Valorização do Servidor da AUD

# Sumário

<b>1 APRESENTAÇÃO</b>	<b>16</b>
<b>2 AUD EM NÚMEROS – 2023</b>	<b>18</b>
<b>3 A SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA</b>	<b>20</b>
<b>4 PERFIL DOS SERVIDORES DA AUD</b>	<b>22</b>
<b>5 PLANEJAMENTO REALIZADO</b>	<b>25</b>
<b>6 DESEMPENHO NO PLANO ANUAL DE AUDITORIA</b>	<b>27</b>
6.1 Auditorias e Resultados	30
6.2 Auditoria nas Contas Anuais	34
6.3 Análises Mandatórias	36
6.4 Impacto das Recomendações	37
6.5 Monitoramentos e Resultados	38
6.6 Situação das Recomendações	39
<b>7 RESULTADO DO PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E MELHORIA DA AUDITORIA INTERNA (PAQMAI)</b>	<b>41</b>
<b>8 RESULTADOS DA GESTÃO</b>	<b>45</b>
8.1 Projeto IA-CM	45
8.2 Projeto Estratégico AUDPREVINE	48
8.3 Ações Estruturantes	49
<b>9 DESEMPENHO DO PLANO DIRETOR 2022-2025</b>	<b>51</b>
9.1 Resultados	51
9.1.1 Promover a qualidade e a efetividade da Auditoria Interna	51
9.1.2 Contribuir para a governança, a gestão de riscos e os controles internos no Tribunal	51
9.1.3 Fortalecer a imagem da AUD	52
9.2 Processos Internos	54
9.2.1 Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD	54
9.2.2 Desenvolver a função Consultoria da Auditoria Interna	57
9.2.3 Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna	58
9.2.4 Aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades do Tribunal	58

<b>9.3</b> Pessoas e Recursos	62
9.3.1 Desenvolver as competências dos auditores	62
9.3.2 Intensificar o uso de tecnologias para automação de processos de trabalho da AUD	64
9.3.3 Implementar ações de valorização do servidor da AUD	65
<b>10</b> CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES	<b>67</b>
<b>11</b> DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DA INDEPENDÊNCIA	<b>72</b>
<b>12</b> PRINCIPAIS RISCOS E FRAGILIDADES DE CONTROLE NO TRIBUNAL	<b>74</b>
<b>13</b> CONSIDERAÇÕES FINAIS	<b>78</b>
<b>14</b> REFERÊNCIAS	<b>80</b>



# 1 Apresentação

**A**presento ao conselho de administração, às autoridades, aos gestores e aos servidores do Superior Tribunal de Justiça – STJ o Relatório de Atividades da Secretaria de Auditoria Interna – AUD referente ao ano de 2023, em que são demonstrados os principais resultados da unidade na condução da atividade de auditoria interna do Tribunal no mencionado exercício, em conformidade com o que determina os artigos 4º, I, da Resolução CNJ n. 308/2020 e 5º da Resolução n. 422/2021:

**Art. 4º** A unidade de auditoria interna do órgão reportar-se-á:

- I – Funcionalmente, ao órgão colegiado competente do tribunal ou conselho, mediante apresentação de relatório anual das atividades exercidas, observado o disposto no art. 5º, § 2º, desta Resolução; e
- II – Administrativamente, ao presidente do tribunal ou conselho.

**Art. 5º** O reporte a que se refere o inciso I do artigo 4º tem o objetivo de informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, devendo consignar no respectivo relatório, pelo menos:

- I – o desempenho da unidade de auditoria interna em relação ao Plano Anual de Auditoria, evidenciando:
  - a) a relação entre o planejamento de auditoria e as auditorias efetivamente realizadas, apontando o(s) motivo(s) que inviabilizou(a-ram) a execução da(s) auditoria(s);
  - b) as consultorias realizadas; e
  - c) os principais resultados das avaliações.
- II – a declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria, indicando se houve alguma restrição não fundamentada ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação; e
- III – os principais riscos e fragilidades de controle do tribunal ou conselho, incluindo riscos de fraude, e avaliação da governança institucional.

**§ 1º** A unidade de auditoria interna deverá encaminhar, por intermédio do presidente, o relatório anual das atividades desempenhadas no exercício anterior ao órgão colegiado competente do tribunal ou

conselho até o final do mês de julho de cada ano.

§ 2º O relatório anual das atividades deverá ser autuado e distribuído, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data do seu recebimento, para que o órgão colegiado competente do tribunal ou conselho delibere sobre a atuação da unidade de auditoria interna.

§ 3º O relatório anual das atividades deverá ser divulgado na internet, na página do tribunal ou conselho, até trinta dias após a deliberação do órgão colegiado competente do tribunal ou conselho.”

A AUD, por intermédio de suas equipes de auditoria, realiza ações de fiscalização e consultoria de forma transversal na organização com o propósito de aprimorar as operações das unidades e do Tribunal, especialmente quanto ao desenvolvimento da governança e ao aperfeiçoamento da gestão de riscos e dos controles internos.

Neste contexto, e seguindo a aplicação de abordagens sistemáticas e organizadas na execução dos trabalhos da unidade, apresentam-se os resultados do desenvolvimento das ações previstas no Plano Operacional do exercício de 2023 e das ações incluídas de forma excepcional.

Este Relatório demonstra os números das ações de auditoria que foram executadas, as quais representam as atividades-fim da Secretaria. A primeira parte do seu conteúdo detalha a estrutura da AUD e o perfil do seu pessoal. O documento relaciona, por fim, o resultado das principais iniciativas da unidade para o fortalecimento do seu papel no STJ, bem como a contribuição do seu trabalho para os objetivos estratégicos do Tribunal.

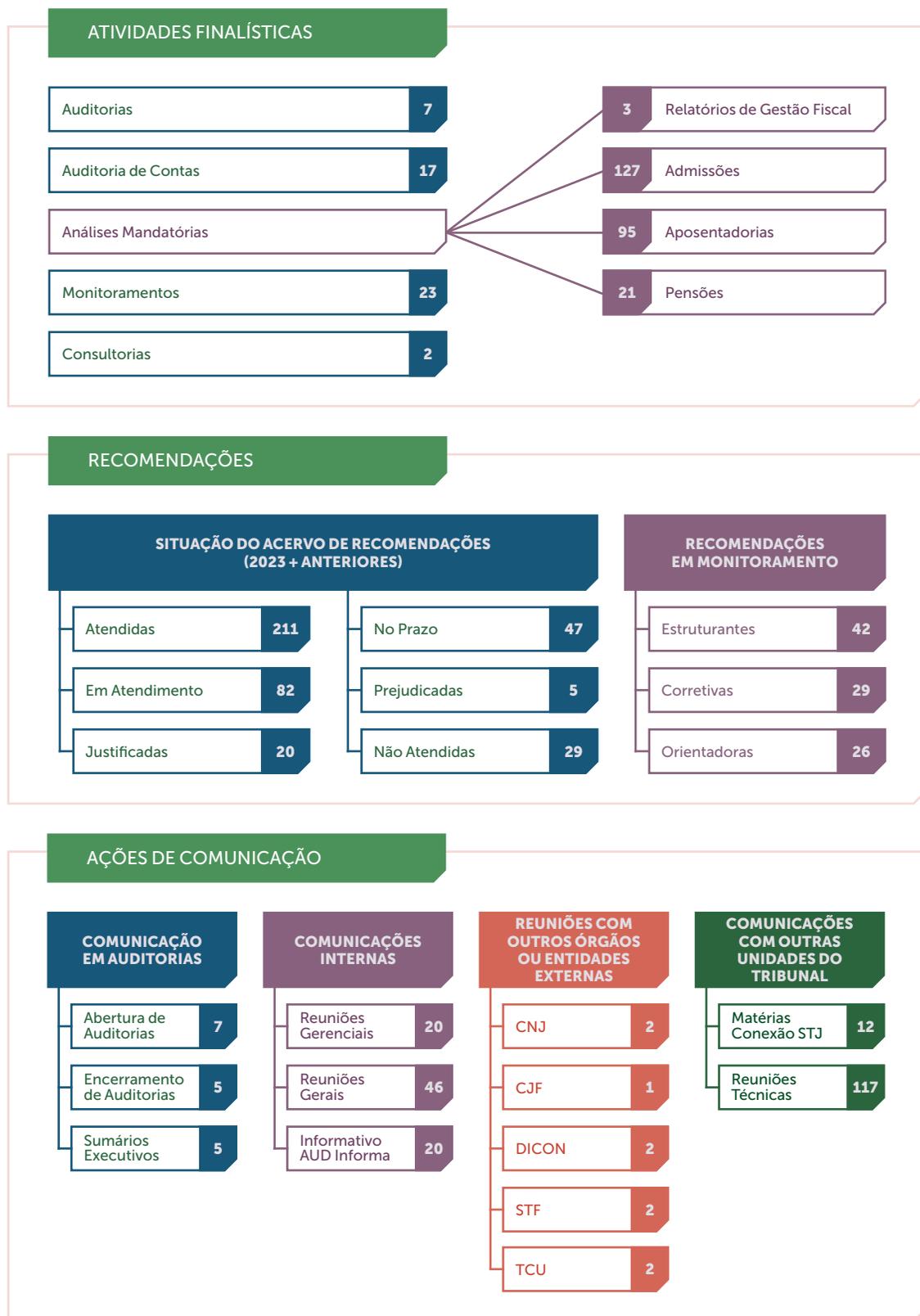
Outrossim, registro que a Secretaria de Auditoria Interna atuou livre de interferência de decisões, instâncias ou áreas da organização, de modo que as avaliações e consultorias foram realizadas sem prejuízo de sua autonomia e mantendo sua fundamental independência.

Por último, ressalto que a divulgação dos resultados da unidade tem o propósito de prestar contas e dar transparência à atuação da Auditoria Interna do STJ aos interessados, e de reforçar os benefícios da atividade de avaliação para o cumprimento dos objetivos institucionais. ■

**Ana Paula Santana da Silva**  
Secretária de Auditoria Interna

# 2 AUD em Números – 2023

FIGURA 1 Secretaria de Auditoria Interna em números – 2023

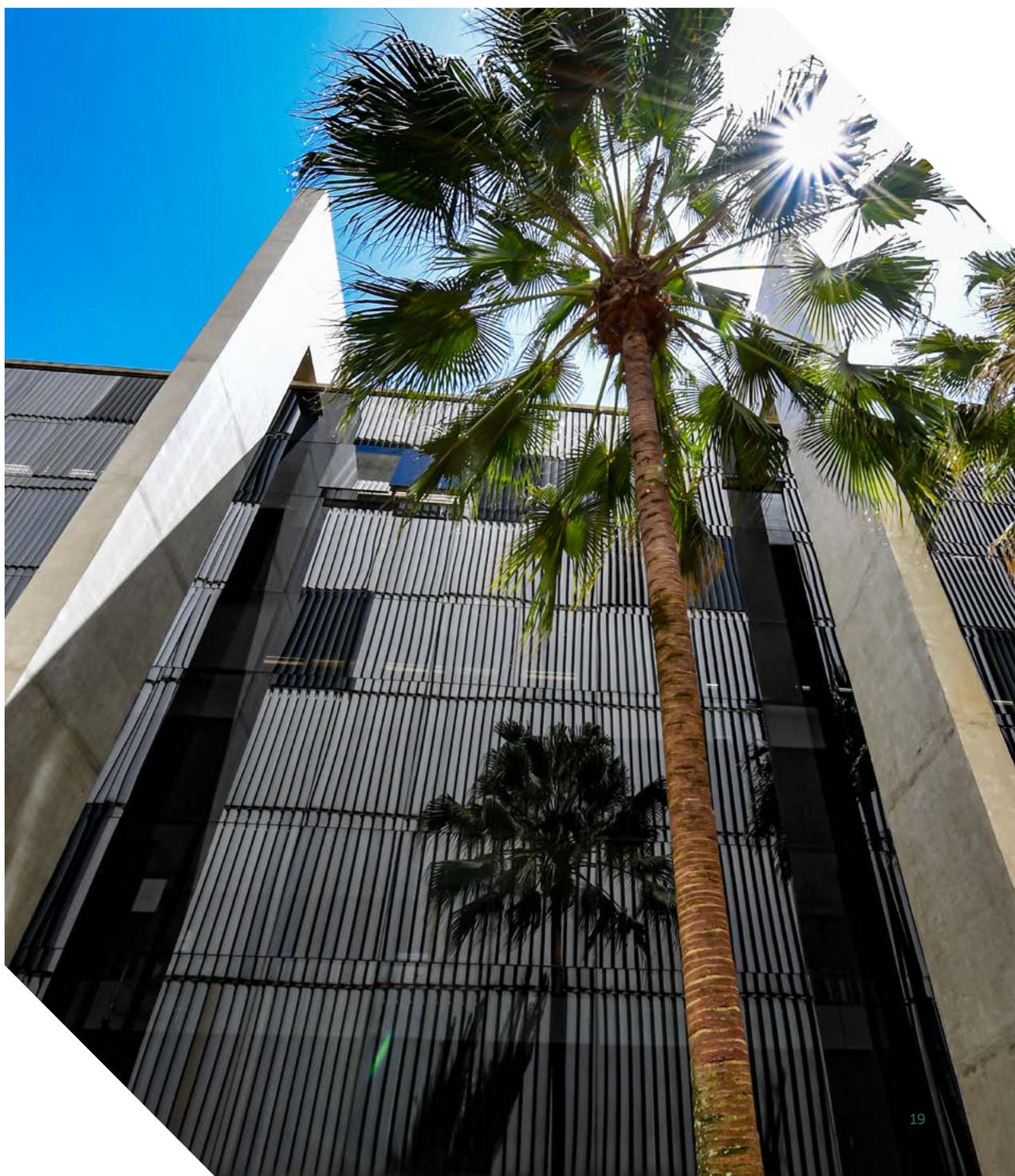


## AÇÕES DE CAPACITAÇÃO

### CONCLUÍDAS POR SERVIDORES DA AUD

Horas de Treinamento	3.952
Média de Horas por Servidor	112,91
Horas de Capacitação no Tema Auditoria e Controle	668

Fonte: Elaboração Própria – 2024



# 3 A Secretaria de Auditoria Interna

**A** Secretaria de Auditoria Interna do Superior Tribunal de Justiça – AUD/STJ, cuja competência é definida no art. 74 da Constituição Federal de 1988, fornece atividades independentes e objetivas de avaliação e de consultoria no que concerne à atuação das unidades administrativas e aos seus processos de trabalho, assim como auxilia a Alta Administração e o Conselho de Administração na identificação, prevenção e tratamento de riscos, de modo a fomentar melhorias na eficácia do sistema de governança institucional e dos processos de gestão.

A AUD está vinculada hierarquicamente à Presidência do STJ e divide-se em quatro coordenadorias que, por sua vez, subdividem-se em duas seções especializadas, conforme o organograma a seguir:

**FIGURA 2** Organograma da Secretaria de Auditoria Interna



Fonte: Adaptação da 2ª revisão do Plano Diretor 2022-2025 da Secretaria de Auditoria Interna do STJ

As atribuições da AUD e de suas subunidades estão descritas, de forma detalhada, no Manual de Organização do STJ. Resumidamente, cada coordenadoria e seu conjunto de seções desempenham os seguintes papéis:

<p><b>CAUC</b></p> <p><b>Coordenadoria de Auditoria de Aquisições e Contratações:</b> faz avaliações em temas, processos e atos relacionados à governança das aquisições, contratações em geral e gestão contratual, exceto os referentes à Tecnologia da Informação (TI).</p>	<p><b>CAUP</b></p> <p><b>Coordenadoria de Auditoria de Pessoal :</b> faz avaliações em temas pertinentes à governança e à gestão de pessoas e analisa os atos de pessoal relativos à admissão, aposentadoria e pensão para fins de registro pelo Tribunal de Contas da União TCU.</p>
<p><b>CAUG</b></p> <p><b>Coordenadoria de Auditoria de Governança Institucional e Gestão:</b> faz avaliações em temas mais transversais ao Tribunal, tais como governança institucional, gestão de riscos, planejamento estratégico, gestão contábil e orçamentária, prestação de contas anuais.</p>	<p><b>CAUT</b></p> <p><b>Coordenadoria de Auditoria de Tecnologia de Informação:</b> faz avaliações em temas relacionados à governança e gestão de TI, bem como contratações e gestão de contratos nessa área.</p>

Fonte: Elaboração Própria – 2023

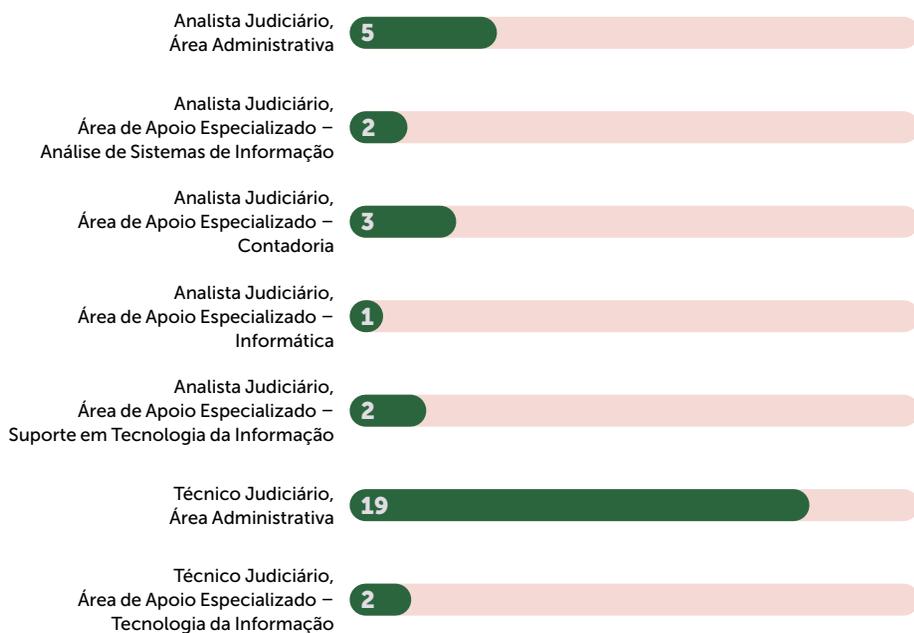


## 4 Perfil dos Servidores da AUD

**A** Secretaria de Auditoria Interna vem, ao longo dos últimos anos, buscando fortalecer seu posicionamento na Instituição de maneira a contribuir decisivamente para a condução das questões mais estratégicas, tanto as relacionadas à área-fim do Tribunal, quanto as do contexto da gestão administrativa.

Para isso, contou, ao longo de 2023, com o apoio de 34 servidores efetivos do STJ: 13 Analistas Judiciários e 21 Técnicos Judiciários conforme demonstrado a seguir:

**GRÁFICO 1** Quantidade de Servidores da AUD por cargos e especialidades 2023



Fonte: Elaboração Própria – 2024

A formação acadêmica de seus servidores é diversificada, o que possibilita a utilização das capacidades individuais para desenvolver os trabalhos de auditoria de forma especializada nas várias áreas de atuação da unidade, o que pode ser verificado no quadro abaixo:

TABELA 1 Perfil dos servidores ativos por cargo efetivo e formação acadêmica

CURSO	QUANTIDADE DE ANALISTAS	QUANTIDADE DE TÉCNICOS	TOTAL
Administração	3	2	5
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	0	1	1
Ciência da Computação	3	1	4
Ciências Contábeis	3	5	8
Comunicação Social	0	1	1
Farmácia	1	0	1
Direito	1	0	1
Engenharia da Computação	1	0	1
Engenharia Elétrica	1	0	1
Engenharia Mecânica	0	1	1
História	0	1	1
Nutrição	0	1	1
Relações Internacionais	0	1	1
Sistema de Informação	0	1	1
Tecnologia em Gestão Pública	1	1	2
Tecnólogo em Processamento de Dados	1	2	3
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>33</b>

**Obs.:** 3 servidores possuem 2 graduações e ambas foram consideradas no levantamento;  
4 servidores não têm informação de curso superior no sistema.

Fonte: Elaboração Própria – 2024

Em 2023, 7 servidores efetivos saíram da AUD e 6, ingressaram. A tabela n. 2 abaixo registra a movimentação dos servidores na AUD, no ano de 2023:

TABELA 2 Entrada e saída de servidores por cargo efetivo

CARGOS EFETIVOS	SAÍDA	ENTRADA
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado Análise de Sistemas de Informação	1	2
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado Contadoria	1	0
Técnico Judiciário, Área Administrativa	3	4
Analista Judiciário, Área Administrativa	1	0
Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado Suporte em Tecnologia da Informação	1	0
<b>Total geral</b>	<b>7</b>	<b>6</b>

Fonte: Elaboração Própria – 2024

# ESPAÇO DO ADVOGADO

## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

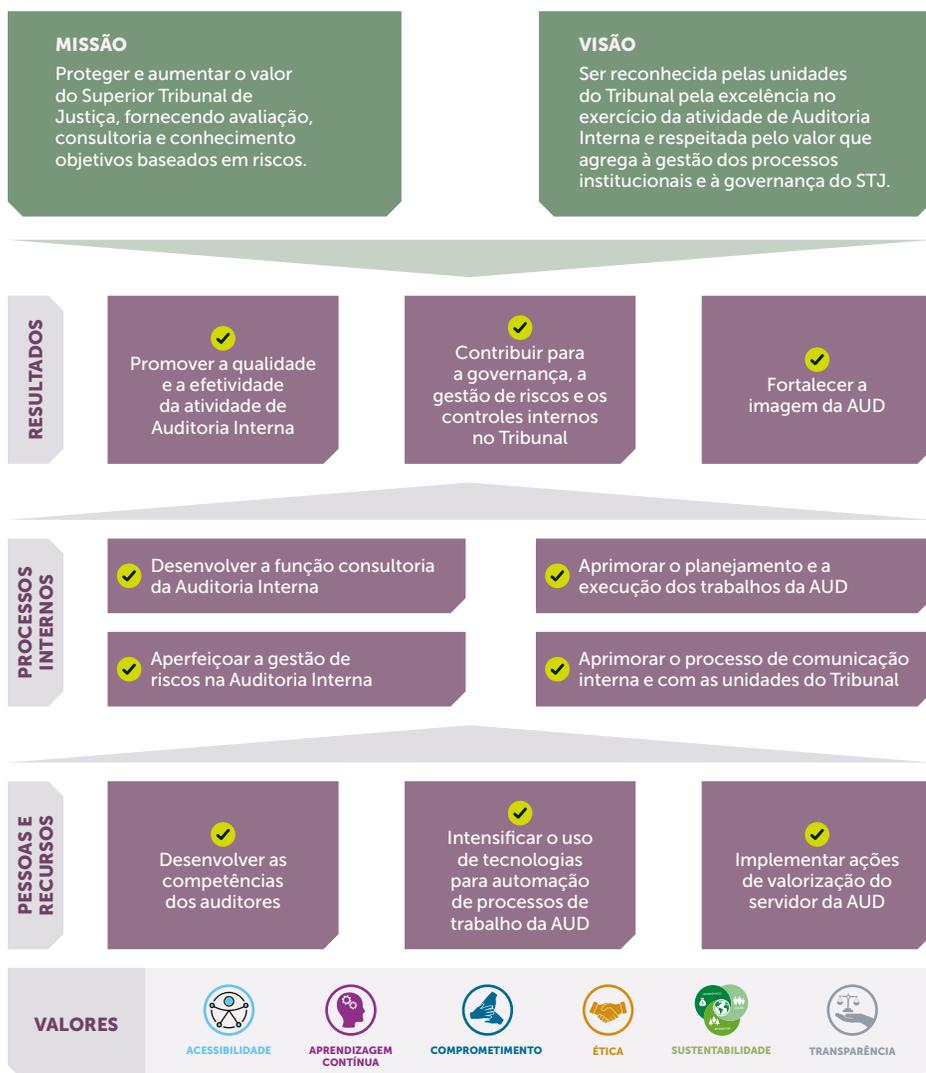


# 5 Planejamento Realizado

**A** Secretaria de Auditoria Interna planeja suas atividades, considerando os cenários e o exercício corrente, alinhando-se à estratégia de médio prazo do STJ, por meio da elaboração do Plano Diretor, para um ciclo de 4 anos, e do Plano Operacional cujo período é de um ano.

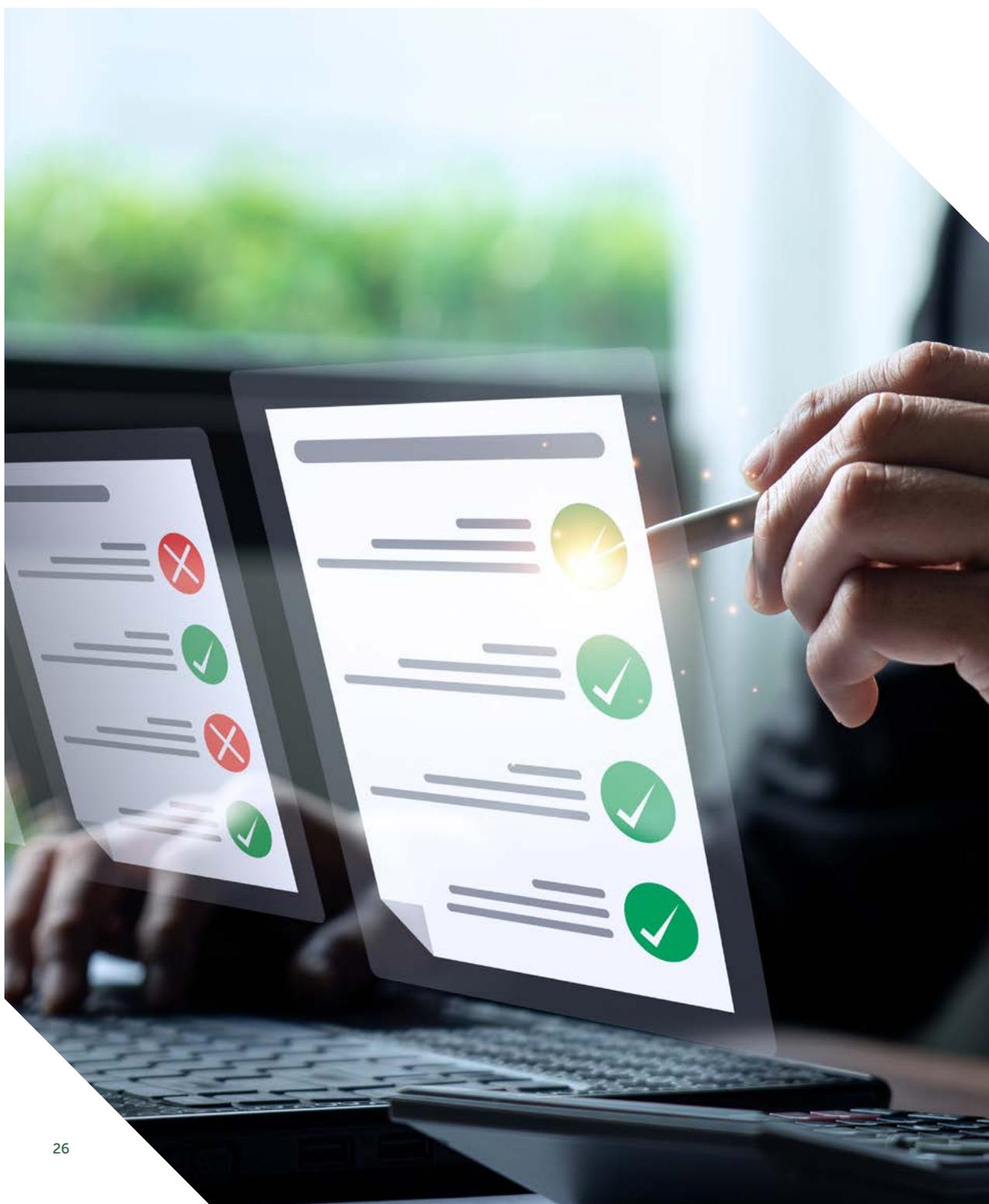
No ano de 2023, a AUD realizou a 2ª revisão do Plano Diretor 2022-2025, que contém o planejamento da pasta para o respectivo período. O Mapa Estratégico a seguir representa as iniciativas estratégicas da Secretaria e aborda tanto os temas relacionados a sua atividade-fim, quanto os referentes à gestão do trabalho de auditoria interna no STJ.

**FIGURA 3** Mapa Estratégico da Secretaria de Auditoria Interna do STJ – Ciclo 2022–2025



**Fonte:** 2ª Revisão do Plano Diretor 2022–2025 da Secretaria de Auditoria Interna do STJ

No que concerne ao Plano Operacional da AUD, este contém o Plano Anual de Auditoria, no qual estão previstas as atividades de auditoria, consultoria, análises mandatórias, monitoramentos e prestação de contas para o período de um ano. O documento contempla também o Plano de Gestão, no qual constam as ações relativas ao projeto IA-CM e as ações estruturantes da unidade para o exercício seguinte e, e o Plano de Capacitação, no qual são elencadas as ações de capacitação necessárias para que os servidores da AUD executem melhor o seu trabalho. ■



# 6 Desempenho no Plano Anual de Auditoria

**A** atividade finalística da Secretaria de Auditoria Interna é desenvolvida por meio de trabalhos relacionados a avaliações e consultorias. O planejamento das avaliações, para o exercício de 2023, foi organizado de acordo com a natureza dos trabalhos a serem realizados e dos resultados pretendidos, dentro das seguintes modalidades:

## AUDITORIA

Avaliação de determinado macroprocesso ou processo da gestão, executada conforme metodologia preestabelecida, da qual resulta relatório com as constatações da equipe de auditoria e recomendações de ações e providências para os gestores das áreas auditadas.

## AUDITORIA NAS CONTAS ANUAIS

Compreende um conjunto de avaliações, análises e emissão de relatórios que compoem o processo de prestação de contas do STJ, para fins de dar publicidade dos resultados do tribunal às partes interessadas por meio do portal transparência, nos moldes determinados pelo Tribunal de Contas da União.

## ANÁLISE MANDATÓRIA

Análises nos processos administrativos que a unidade de auditoria interna deve fazer por força de comando legal ou constitucional, quando do exercício do papel de órgão de controle interno de sistema previsto no art. 74 da Constituição Federal de 1988 em cumprimento à Lei Complementar n. 101/2000, à Lei n. 8.443/1992 e à Resolução TCU n. 246/2011 (Regimento Interno/TCU).

## MONITORAMENTO

Ação de controle destinada a avaliar a implementação das recomendações feitas pela AUD em trabalhos de auditoria. Em determinadas situações, pode haver diversos monitoramentos para uma auditoria, até a solução das recomendações.

## CONSULTORIA

Atividade de aconselhamento fornecida pela Auditoria Interna à alta administração com a finalidade de agregar valor à organização e melhorar os seus processos de governança, de gestão de riscos e de controles internos, de forma condizente com os valores, as estratégias e os objetivos institucionais, sem que haja comprometimento da independência e autonomia do auditor interno governamental na realização de suas atividades.

## LEVANTAMENTO

Ação de controle utilizada para que a equipe de auditoria e a Secretaria como um todo conheça determinado macroprocesso, tema ou área objeto de sua atuação, sendo esse conhecimento utilizado para o planejamento de outras ações de controle, como a auditoria. Normalmente, não são feitas recomendações a partir dos levantamentos efetuados.

A Secretaria de Auditoria Interna atuou em conformidade com Plano Anual de Auditoria, contido no Plano Operacional da AUD de 2023. A tabela n. 3 e o gráfico n.2, a seguir, sintetizam a execução das atividades de avaliação e consultoria do exercício:

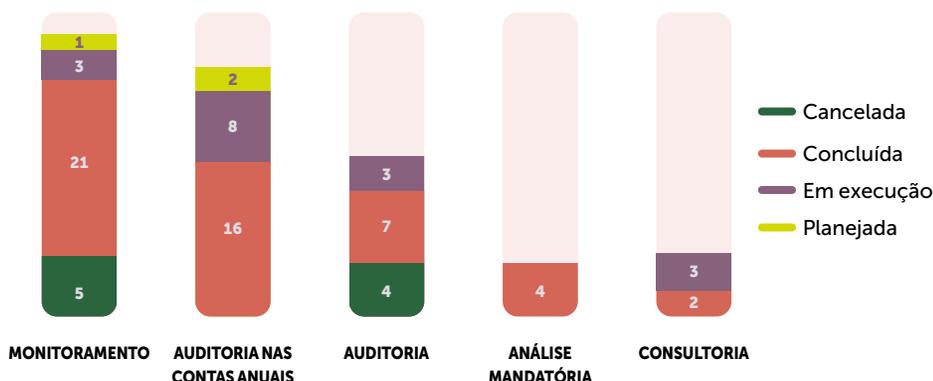
TABELA 3 Execução das ações do Plano Anual de Auditoria

MODALIDADE DE FISCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE AÇÕES PLANEJADAS	QUANTIDADE DE AÇÕES EXECUTADAS	OBSERVAÇÕES
Auditoria	14	7	7 concluídas 3 em execução 4 canceladas
Auditoria nas contas anuais	26	16	16 concluídas 8 em execução 2 planejadas
Análise mandatária*	4	4	4 concluídas
Consultoria	5	2	2 concluídos 3 em execução
Monitoramento	30	21	21 concluídos 3 em execução 5 canceladas 1 planejada

\*As análises mandatórias aqui descritas incluem os atos de pessoal sujeitos à registro do TCU, sendo que em 2023 foram examinados 243 desses atos, conforme Gráfico 4 – Representatividade de Análises Mandatórias (página 34), bem como a conferência dos 3 Relatórios de Gestão Fiscal (RGF)

Fonte: Elaboração Própria – 2023

GRÁFICO 2 Status das Ações de Fiscalização



Fonte: Elaboração Própria – 2024

Em 2023 foram concluídas as seguintes auditorias:

- ✓ Auditoria integrada na contratação, concessão e prestação de contas da utilização de diárias e passagens aéreas;
- ✓ Auditoria sobre procedimentos licitatórios – Preventiva 2022;
- ✓ Auditoria integrada sobre Ressarcimento;
- ✓ Auditoria Rubricas da Folha de Pagamento;
- ✓ Ação Coordenada CNJ – Política contra Assédio e Discriminação;
- ✓ Elaboração e Publicação do Relatório de Auditoria nas Contas – exercício 2022;
- ✓ Elaboração dos Papéis de trabalho da Prestação de Contas – exercício 2023;
- ✓ Auditoria Operacional de Segurança Cibernética. ■



## 6.1

# Auditorias e Resultados

A despeito do desafio de ajustar-se aos novos parâmetros normativos da auditoria de contas, a AUD concluiu boa parte das ações previstas no Plano Anual de Auditoria para 2023 e ainda registrou um ótimo desempenho no Alinhamento Estratégico (metodologia que identifica objetivos, indicadores e iniciativas setoriais, permitindo que cada unidade visualize sua contribuição para a estratégia institucional e atue com foco nos resultados que a organização deseja alcançar), com seu radar geral alcançando o patamar de 99,54%.

Em relação às auditorias realizadas em 2023, teve-se como propósito o de induzir melhorias na governança, na gestão dos riscos e nos controles internos.

No exercício, foram realizadas 10 auditorias, dos seguintes tipos:

## AUDITORIA INTEGRADA

Busca verificar a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a efetividade dos controles, processos e sistemas usados na gerência de recursos financeiros, humanos, materiais e de informação das instituições públicas e dos programas de governo; bem como avaliar se as atividades referentes à obrigação de prestar contas são desenvolvidas a contento, incluindo o cumprimento legal de normas e regulamentos, naquilo que for aplicável. De forma geral, pode ser descrita como a junção de dois ou mais tipos de Auditoria.

## AUDITORIA DE CONFORMIDADE

Tem por objetivo avaliar a aderência dos atos de gestão praticados pelos diversos agentes e áreas do Tribunal às leis, normas e padrões que regem a administração pública e a nossa instituição.

## AUDITORIA OPERACIONAL

Visa avaliar as ações gerenciais e os procedimentos relacionados ao processo operacional, com a finalidade de certificar a existência e o funcionamento dos controles internos e apontar soluções alternativas para a melhoria dos processos de trabalho das diversas áreas do Tribunal, inclusive as finalísticas. A abordagem nesse tipo de auditoria é de apoio e auxílio à administração na busca do melhor desempenho da missão institucional e dos negócios das áreas.

## AUDITORIA CONTÍNUA

Mecanismo de avaliação que tem por objetivo aumentar a efetividade da atuação da auditoria interna, com o uso dos recursos de tecnologia da informação, que possibilita a construção de trilhas de auditoria, avaliando automaticamente todos os lançamentos do objeto examinado. Sua execução proporciona detectar, tempestivamente, eventuais inconsistências em relação aos padrões esperados.

## AÇÃO COORDENADA

Auditoria conduzida pelo Conselho Nacional de Justiça, cujo objetivo é a avaliação concomitante, tempestiva e padronizada sobre questões de relevância e criticidade para todo o Poder Judiciário, bem como o atendimento aos princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade.

Na tabela n. 4, encontram-se relacionadas as ações do Plano Anual de Auditoria de 2023 executadas até 31/12/2023 e para as quais foi emitido um sumário executivo, com os respectivos resultados alcançados. Ao lado da ação, incluiu-se o link para acesso ao teor do sumário executivo:

TABELA 4 Sumários Executivos

AUDITORIA REALIZADA	RESULTADOS OBSERVADOS OU POTENCIAIS RESULTADOS
<p>SE RA 1/2023</p> <p><b>Auditoria contínua sobre procedimentos relacionados à folha de pagamento – Exercício 2022</b></p> <p>Processo SEI nº v007383/2022</p> <p> <b>ACESSE: SUMÁRIO EXECUTIVO</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Do total de R\$ 793.546.498,93, correspondentes ao somatório das rubricas avaliadas, apurou-se a diferença de R\$ 10.437,97, cujo montante foi ratificado e corrigido pela SGP.</li> <li>A sistemática adotada pela Administração no cálculo das rubricas examinadas está aderente às normas.</li> <li>Os pagamentos estão de acordo com os padrões esperados.</li> </ul>

<p>SE RA 2/2023</p> <p><b>Auditoria de conformidade – gestão da conta vinculada no STJ</b></p> <p>Processo SEI nº 027339/2022</p> <p> <b>ACESSE: SUMÁRIO EXECUTIVO</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"> <li>Os procedimentos e controles internos adotados na gestão e operacionalização da conta vinculada no STJ são suficientes para mitigar, de forma satisfatória, o risco de responsabilização solidária ou subsidiária da Administração em decorrência do descumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias por parte das empresas contratadas para com seus empregados.</li> <li>Foi identificado achado positivo que se resume em um esforço contínuo da Administração no aperfeiçoamento do processo de trabalho.</li> <li>Boa gestão e operacionalização da conta vinculada.</li> <li>Foram identificadas oportunidades de melhoria por meio de ações estruturantes.</li> </ul>
---	--

**AUDITORIA REALIZADA****RESULTADOS OBSERVADOS OU POTENCIAIS RESULTADOS****SE RA 3/2023****Auditoria integrada sobre ressarcimentos em razão da cessão de servidores**Processo SEI nº  
030127/2022

- Os procedimentos utilizados nos ressarcimentos, de um modo geral, atendem aos normativos correlatos e estão em consonância com a Resolução STJ/GP n. 32 de 18 de novembro de 2021.
- Volume expressivo de informações advindas de diferentes órgãos e instituições.
- Existência de controles internos para verificação dos valores a serem ressarcidos.
- Ausência de divulgação do valor das parcelas ressarcidas de maneira individualizada com a devida especificação, consoante os termos do Decreto n. 10.835/2021, no Portal da Transparência do STJ.
- Divergências na minuta de informações de despesas com pessoal não executadas orçamentariamente para fins do Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

**SE RA 4/2023**

Relatório sigiloso.

**SE RA 5/2023****Ação coordenada de auditoria sobre a Política contra o Assédio e a Discriminação no âmbito do STJ**Processo SEI nº  
014384/2023

- O STJ se encontra aderente, em sua maior parte, à Resolução CNJ n. 351/2020.
- Quanto aos aspectos de institucionalização normativa e de prevenção das formas de assédio e de discriminação, os resultados obtiveram nível satisfatório.
- Constatou-se o uso de ferramenta rastreável para o controle seguro das denúncias.
- Existência de instância interna mediadora de conflitos com relação à avaliação periódica de desempenho.
- Houve progresso da Administração no tocante à designação dos membros da Comissão de Prevenção e Enfrentamento das formas de Assédio e de Discriminação no STJ.

AUDITORIA REALIZADA	RESULTADOS OBSERVADOS OU POTENCIAIS RESULTADOS
<p data-bbox="257 319 402 342"><b>SE RA 6/2023</b></p> <p data-bbox="257 360 504 523"><b>Auditoria integrada – contratação, concessão e prestação de contas de diárias e passagens aéreas no STJ</b></p> <p data-bbox="257 587 418 637">Processo SEI nº 007816/2023</p> <div data-bbox="257 678 477 777"><p data-bbox="347 694 457 757">ACESSE: SUMÁRIO EXECUTIVO</p></div> 	

Fonte: Elaboração Própria – 2023

## 6.2

## Auditoria nas Contas Anuais

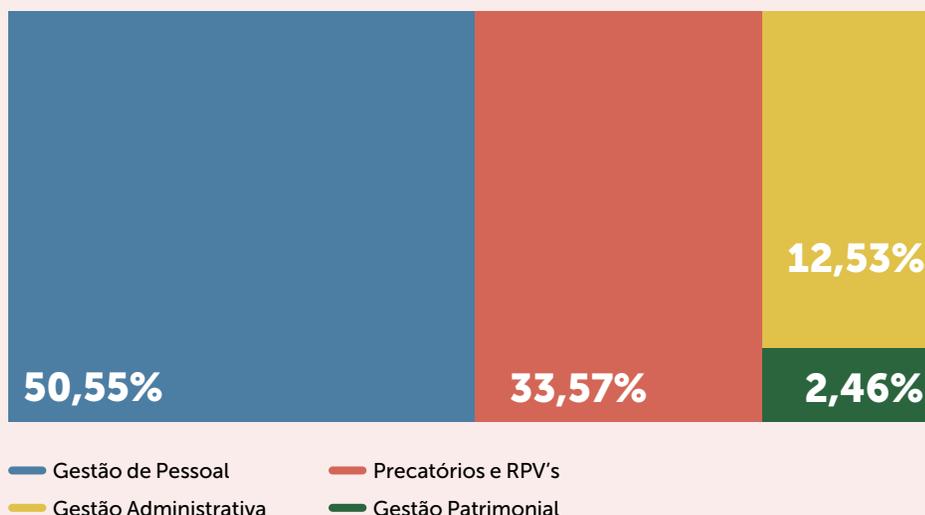
A auditoria anual nas contas dos administradores é competência das unidades de auditoria interna da Administração Pública Federal, que desempenham papel de órgão do sistema de controle interno, previsto no art. 74 da Constituição Federal, e é determinada pelo art. 50 da Lei n. 8.443, de 16 de julho de 1992.

Dessa forma, a AUD realizou auditoria financeira integrada com conformidade nas contas de 2023 do Superior Tribunal de Justiça STJ, com o objetivo de expressar opinião sobre se as demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias do Tribunal estão livres de distorção relevante, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, e se as operações, transações ou os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta de agentes públicos.

A auditoria nas contas anuais para fins da certificação, realizada de 7/7/2023 a 21/3/2024, foi conduzida, na medida da capacidade técnica da equipe, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria do setor público e inseriu-se na estratégia de fortalecimento da auditoria financeira aprovada pelo Acórdão n. 3.608/2014 – TCU – Plenário.

Em relação à perspectiva patrimonial, o volume de recursos fiscalizados, em auditoria financeira foi de R\$ 2.603.546.317,61. O valor total de contas selecionadas pela materialidade foi de R\$ 2.627.01.756,79, correspondendo à 99% das despesas no exercício de 2023, dos quais 50,55% correspondem à gestão de pessoal; 12,53% à gestão administrativa; 2,46% à gestão patrimonial; 33,57% à precatórios e RPV, conforme gráfico abaixo:

**GRÁFICO 3** Volume dos recursos auditados em relação à base da materialidade



Fonte: Relatório de Auditoria nas Contas Anuais 2023

As conclusões da equipe de auditoria estão restritas aos procedimentos executados segundo orientações contidas na Decisão Normativa TCU n. 198/2022, na IN TCU n. 84/2020, nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, bem como nas normas internas do Tribunal. Nenhuma restrição significativa foi imposta aos exames.

A comunicação preliminar das distorções à administração proporcionou que fossem corrigidas distorções de classificação na rotina contábil do ciclo de precatórios, no total de R\$ 478.343.647,01 nos registros das contas de passivo com reflexo nas UGs devedoras e no STJ, restando outras pendências na rotina que são abordadas no Relatório de Auditoria nas Contas Anuais 2023. No ciclo de pessoal, o ajuste foi de R\$ 56.799,98 nos registros de férias, que tinham sido lançadas em contas inadequadas. Além disso, rotinas foram ajustadas nos ciclos auditados, com o potencial de evitar futuras distorções.

### O QUE O STJ ENCONTROU?

A auditoria detectou distorções de valores nas demonstrações contábeis que somam R\$ 5.577.887,25, relativas à superavaliação nas contas de VPD devido à ausência de provisionamento de Contribuição Patronal sobre o PSSS de RPVs e os ajustes nas VPDs de 13º salário.

As conclusões da auditoria de contas levaram à opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis e à opinião sem ressalva sobre a conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis

### QUAL A PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO?

A fim de alinhar as demonstrações contábeis do STJ às práticas contábeis adotadas no Brasil e às normas internacionais aplicadas ao setor público, foram levados ao conhecimento da Administração duas distorções de valores, quatro distorções de classificação, duas deficiências de controles internos e três assuntos que exigiram atenção significativa na auditoria. Foram propostas recomendações para ajuste da rotina contábil dos achados e aprimoramento dos controles internos, sobre os aspectos detectados pela equipe de auditoria.

Com a implementação dos ajustes propostos pela AUD, haverá uma melhora na prestação de contas do Tribunal, bem como no controle da aplicação dos recursos públicos, e, conseqüentemente, um aumento no grau de confiança das demonstrações por parte dos seus usuários.

FIGURA 4 Relatório de Auditoria nas Contas Anuais 2023



## 6.3

## Análises Mandatórias

### VALIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

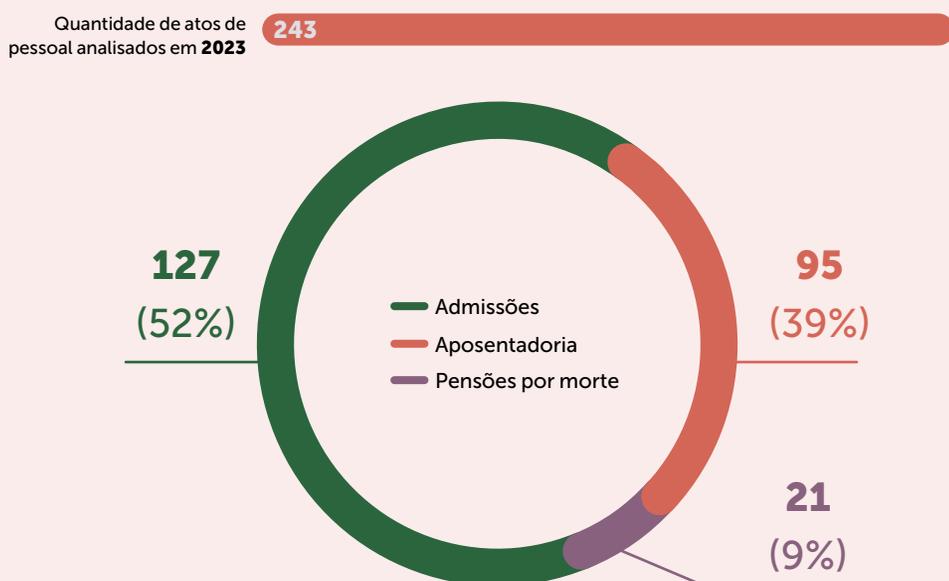
É de responsabilidade da Secretaria de Auditoria Interna garantir que o Relatório de Gestão Fiscal – RGF, que é um dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, criado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101/2000), seja elaborado de acordo com as disposições contidas no Manual de Demonstrativos Fiscais publicado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN. No exercício de 2023, a AUD analisou os 3(três) RGFs elaborados pelo Tribunal.

### AVALIAÇÃO DOS ATOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SUJEITOS A REGISTRO NO TCU

O art. 11 da Instrução Normativa do TCU n. 78, de 21 de março de 2018, determina que “o órgão de controle interno emitirá parecer sobre a legalidade dos atos de admissão e de concessão disponibilizados no e-Pessoal pelos órgãos de pessoal a ele vinculados”. Em 2023, a AUD encaminhou 243 atos ao TCU, por meio do Sistema e-Pessoal, sendo 127 admissões, 95 aposentadorias e 21 pensões.

No gráfico abaixo é possível observar o percentual de Análises Mandatórias por categoria:

GRÁFICO 4 Representatividade de Análises Mandatórias



Fonte: Elaboração Própria – 2024

# 6.4

## Impacto das Recomendações

A AUD atua de forma a contribuir para a governança e atingimento dos objetivos do STJ. Por isso, está diretamente envolvida no planejamento estratégico, sendo a responsável pelo indicador "Atendimento às Recomendações".

Como decorrência da atividade de fiscalização, a AUD recomenda medidas a serem adotadas pelas diversas áreas administrativas do Tribunal. Tais recomendações visam, primordialmente, induzir melhorias nos processos de trabalho e de gestão, podendo ser classificadas em estruturante, corretiva e orientadora, de acordo com a forma como impactam os processos de gestão do Tribunal.

### ESTRUTURANTE

É a recomendação que propõe melhorias na governança, na gestão de riscos e nos controles internos de um processo de trabalho ou área da gestão. O "não fazer" tem alto impacto no processo de trabalho e no seu resultado, podendo comprometer, inclusive, o cumprimento da missão institucional. É recomendação que geralmente gera efeitos positivos nas ações futuras da gestão, de forma a melhorar a eficiência e os resultados.

### CORRETIVA

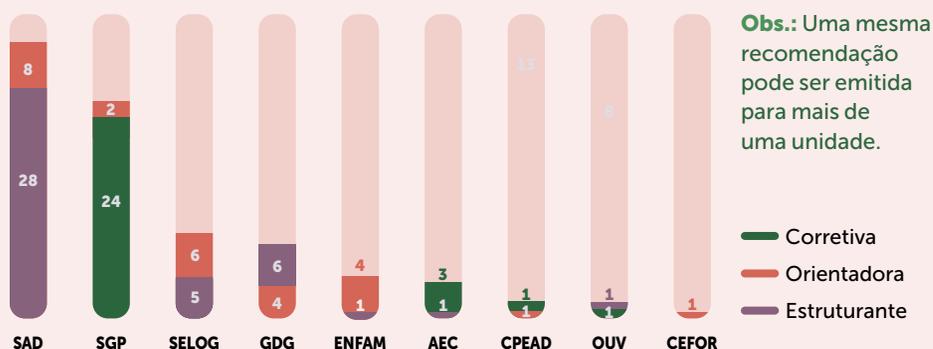
É a recomendação com proposta de ajuste em um processo administrativo já constituído ou de correção de falha ou irregularidade. É aquela que trata de situação pontual, de uma falha ou irregularidade ocorrida no passado e que deve ser corrigida pelo gestor, ou que indica a necessidade de ação do gestor em processo administrativo em andamento.

### ORIENTADORA

É a recomendação que, com finalidade pedagógica, sugere a adoção de boas práticas de gestão, deixando para o gestor a avaliação de oportunidade e conveniência e da relação custo x benefício de adoção. Em regra, as orientações para boas práticas estão classificadas neste tipo de recomendação.

Em 2023, a AUD emitiu 97 recomendações, sendo 42 estruturantes, 29 corretivas e 26 orientadoras. O gráfico abaixo demonstra a quantidade de recomendações emitidas para cada unidade auditada por tipo:

GRÁFICO 5 Quantidade de recomendações emitidas por unidade auditada



Fonte: Painel em Power BI Controle de Recomendações AUD – Elaboração Própria – 2024

## 6.5

## Monitoramentos e Resultados

Em 2023, realizaram-se monitoramentos para avaliar a implementação das recomendações emitidas pela AUD em ações de fiscalização realizadas no decorrer dos exercícios de 2015 a 2022, conforme demonstra a tabela n. 5 a seguir:

**TABELA 5** Quantidade de ações de fiscalização monitoradas por ano

QUANTIDADE DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO MONITORADAS POR ANO						
EXERCÍCIO DA FISCALIZAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>2015</b>	6	1	3	1	1	2
<b>2016</b>	6	3	3	1	0	1
<b>2017</b>	8	5	6	3	8	3
<b>2018</b>	3	13	7	7	6	--
<b>2019</b>	-	9	13	5	8	1
<b>2020</b>	-	-	5	7	3	3
<b>2021</b>	-	-	-	3	8	7
<b>2022</b>	-	-	-	-	2	6
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>31</b>	<b>37</b>	<b>27</b>	<b>36</b>	<b>23</b>

Fonte: Elaboração Própria – 2024

Registre-se que as recomendações decorrentes das fiscalizações são monitoradas quanto a seu atendimento, pelo menos uma vez ao ano. Em regra, o monitoramento de uma recomendação tem prazo de controle de até 3 (três) anos consecutivos, conforme determinado no Manual de Auditoria Interna do STJ, ou até a solução das pendências pela área auditada, de acordo com a conveniência e oportunidade da situação avaliada pela equipe de auditoria. Pelo exposto na tabela acima, observa-se que, no exercício de 2023, foram monitoradas 7 fiscalizações realizadas entre os anos de 2015 e 2019, ou seja, fora do prazo regular de monitoramento.

## 6.6

## Situação das Recomendações

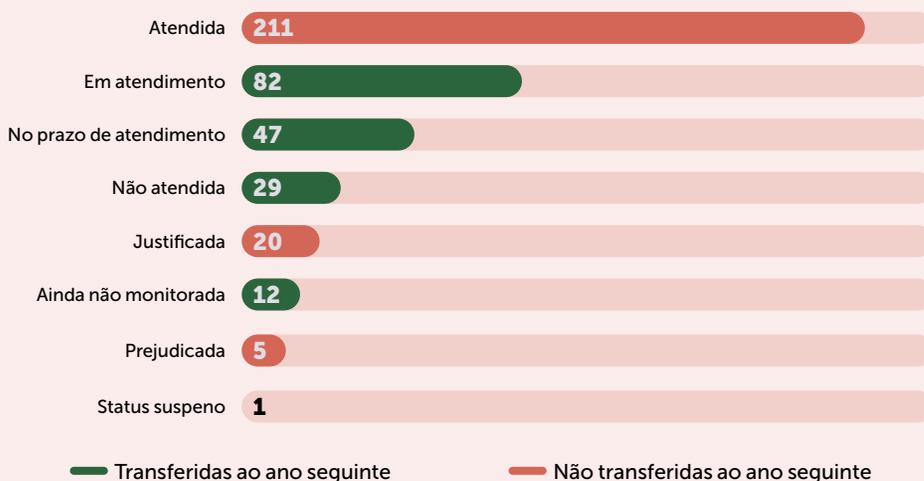
No monitoramento, a AUD adotou em 2023 a seguinte classificação para identificar as situações em que se encontram as recomendações, como se evidencia na tabela n. 6:

TABELA 6 Situação das recomendações

SITUAÇÃO	O QUE SIGNIFICA
<b>Atendida</b>	A unidade auditada realizou as ações consideradas necessárias e suficientes pela Auditoria Interna para o atendimento da recomendação.
<b>Em atendimento</b>	A unidade auditada iniciou a ação para atendimento da recomendação, porém, a solução não estava completa no momento da elaboração do relatório de monitoramento.
<b>Justificada</b>	A unidade auditada não atendeu à recomendação, mas apresentou justificativas que foram consideradas razoáveis e satisfatórias pela Auditoria Interna.
<b>Não atendida</b>	A unidade auditada manifestou-se, de forma justificada, contrária à implementação da recomendação; porém, a Auditoria Interna não considerou razoáveis as justificativas apresentadas.
<b>No prazo de atendimento</b>	O prazo para as providências ou informações da unidade auditada ainda estava vigente no fechamento das análises da equipe de auditoria.
<b>Prejudicada</b>	A recomendação perdeu seu objeto, não sendo possível seu atendimento pela unidade auditada.

Fonte: Elaboração Própria – 2024

GRÁFICO 5 Situação das recomendações em 31/12/2022



Fonte: Painel em Power BI Controle de Recomendações AUD – 2024

O acompanhamento dessa ação é realizado por meio do indicador estratégico de Atendimento às Recomendações, que mede a proporção das recomendações em monitoramento que foram atendidas.

O indicador mede o percentual de atendimento às recomendações estruturantes, corretivas e orientadoras emitidas pela AUD a cada exercício. Ao final do trabalho de fiscalização, a AUD emite recomendações com o objetivo de propor que as unidades auditadas adotem ações para corrigir desconformidades, tratar riscos e aperfeiçoar processos de trabalho e controles.

Em 2023, foram tomadas providências para avaliação e melhorias na medição do indicador. As ações executadas foram fundamentais para a evolução do indicador. O resultado alcançado foi de 87,92%, superando a meta prevista de 65%. ■



# 7 Resultado do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI)



Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI) tem o propósito de assegurar que o conceito de qualidade seja inserido na atividade de auditoria interna e em todas as suas operações, devendo essas serem gerenciadas e executadas conforme uma metodologia preestabelecida que promova a qualidade e, por padrão, a conformidade com as normas internacionais.

Para assegurar a qualidade das atividades de auditoria interna, após a conclusão de cada trabalho, são disponibilizados questionários semiestruturados para:

- Unidades auditadas;
- Supervisores dos trabalhos;
- Equipes de Auditoria Interna.

Os resultados das avaliações são mensurados de acordo com níveis de maturidade descritos na tabela n. 7 abaixo:

**TABELA 7** Escala de avaliação contínua da qualidade

<b>NÍVEIS DE MATURIDADE DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA</b>					
	<b>NÍVEL 1 INTRODUTÓRIO</b>	<b>NÍVEL 2 EMERGENTE</b>	<b>NÍVEL 3 ESTABILIZADO</b>	<b>NÍVEL 4 PROGRESSIVO</b>	<b>NÍVEL 5 AVANÇADO</b>
O que significa	Práticas de auditoria interna inexistentes	Práticas de auditoria interna realizadas de maneira informal	Normas e padrões de auditoria interna utilizados esporadicamente	Normas e padrões de auditoria interna utilizados na maioria das vezes	Normas e padrões de auditoria interna utilizados plenamente
Pontuação representativa	0 a 30	30 a 50	50 a 80	80 a 90	90 a 100

**Fonte:** Adaptação do Relatório Resumido da avaliação contínua da qualidade: 2º semestre de 2022

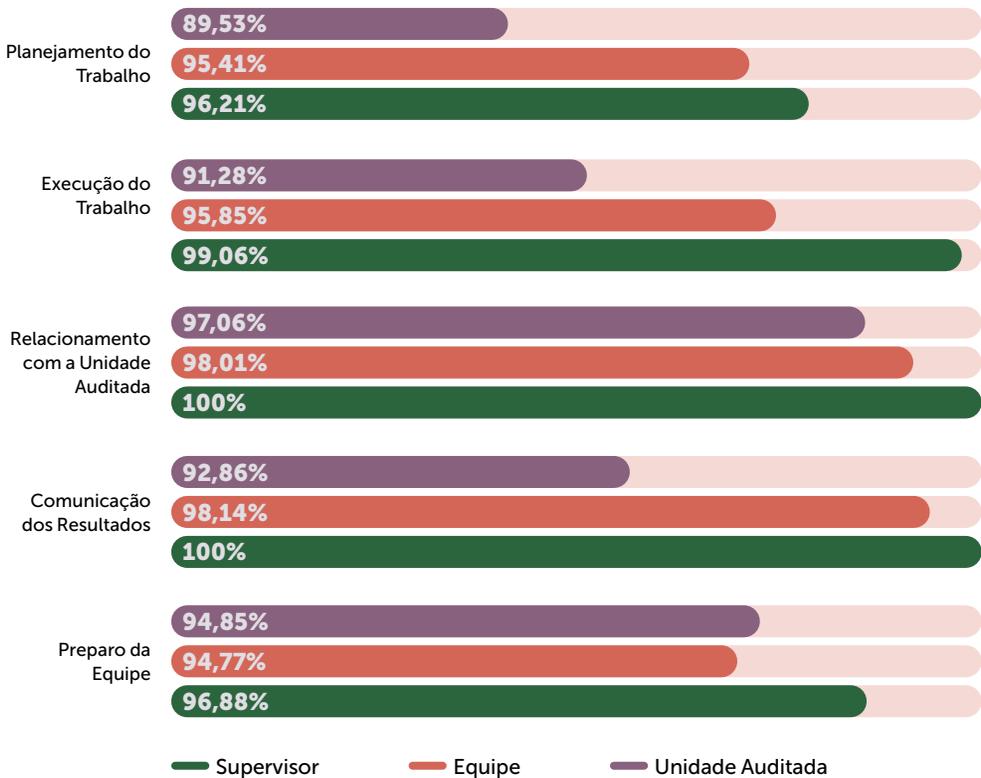
Os elementos avaliados neste instrumento são:

- Planejamento do trabalho;
- Execução do trabalho;
- Relacionamento com a unidade cliente;
- Comunicação dos resultados;
- Preparo da equipe.

Em 2023, os questionários foram aplicados nos trabalhos de avaliação realizados pela Secretaria de Auditoria Interna a fim de identificar o nível de qualidade da atividade de auditoria interna e detectar as oportunidades de melhorias para levar a unidade a um patamar superior e apropriado.

A Análise dos resultados dos questionários de avaliação contínua permite observar que, do ponto de vista das **unidades auditadas**, o relacionamento com a Auditoria Interna é o elemento de destaque, atingindo um percentual de maturidade de 97,06 pontos (nível avançado), dos 100 possíveis. Já o planejamento do trabalho é o elemento que carece de maior atenção e aperfeiçoamento, tendo atingido 89,53 pontos (nível progressivo), conforme demonstrado no gráfico n.7:

**GRÁFICO 7** Índice de cada elemento dos questionários aplicados em 2023



Fonte: Elaboração Própria – 2023

As unidades auditadas que responderam aos questionários foram as seguintes:

- Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão
- Coordenadoria de Pagamento
- Secretaria de Administração
- Secretaria de Orçamento e Finanças
- Seção de Apoio Logístico
- Coordenadoria de Segurança da Informação e Defesa Cibernética

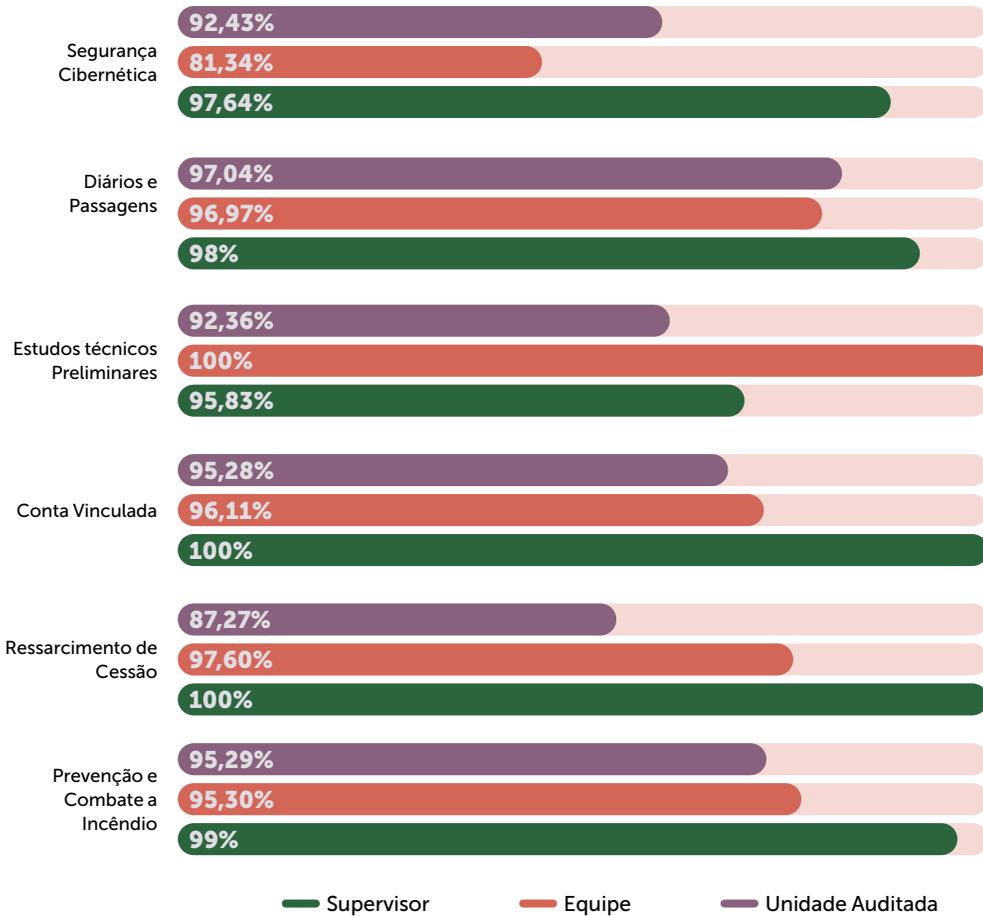
A AUD avaliou a qualidade em 6 (seis) trabalhos de auditoria realizados:

- 1. Auditoria de Prevenção e Combate a Incêndio:** Auditoria nos procedimentos adotados na proteção e salvaguarda de ativos vulneráveis, com enfoque na prevenção e combate a incêndio e continuidade de negócios no STJ – Processo STJ n. 014115/2022.
- 2. Auditoria da Conta Vinculada:** Auditoria de conformidade – gestão da conta vinculada no STJ – Processo STJ n. 027339/2022.
- 3. Auditoria do Ressarcimento de Cessão:** Auditoria integrada sobre ressarcimentos em razão da cessão de servidores – Processo STJ n. 030127/2022.
- 4. Estudos técnicos preliminares:** Auditoria de conformidade Estudos Técnicos Preliminares – Processo STJ n. 27376/2022.
- 5. Diárias e Passagens:** auditoria integrada – contratação, concessão e prestação de contas de diárias e passagens aéreas no STJ – Processo STJ n. 007816/2023.
- 6. Segurança Cibernética -** Auditoria operacional que teve como objetivo avaliar, no âmbito do tribunal, a adoção de práticas recomendadas de Segurança da Informação e Segurança Cibernética – Processo sigiloso.

O acompanhamento do PAQMAI deu-se por meio de alguns indicadores, dentre eles o Índice Geral de Avaliação Contínua (IGAC), cujo objetivo é medir a qualidade das auditorias realizadas pela AUD que foram submetidas à avaliação.

Os resultados por tipo de respondente obtidos com as avaliações realizadas no ano de 2023 encontram-se conforme gráfico abaixo:

**GRÁFICO 8** Resultados do Índice Geral de Avaliação Contínua (IGAC) por auditoria e tipo de respondente em 2023



Fonte: Elaboração Própria – 2024

No período, o Índice Geral de Avaliação Contínua obtido foi de 95,94. O resultado demonstra que, para as equipes de auditoria, para o supervisor e para as unidades auditadas, os parâmetros de qualidade encontram-se no Nível 5 (Avançado).:■

# 8 Resultados da Gestão

## 8.1 Projeto IA-CM



objetivo principal da Secretaria de Auditoria Interna é proteger e agregar valor ao negócio do STJ, buscando constantemente atuar de maneira mais participativa, colaborativa e eficiente.

Com vistas a aprimorar a atividade da auditoria interna, contribuindo para o alcance da excelência na auditoria do STJ, a AUD desenvolve, desde o ano de 2020, o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna IA-CM (*Internal Audit Capability Model*), uma ferramenta de planejamento estratégico que atua como instrumento de visão e comunicação, tendo como objetivo o aperfeiçoamento organizado de uma unidade de auditoria interna do setor público.

O IA-CM descreve um caminho progressivo para que a auditoria interna aprimore suas capacidades de forma a suprir as necessidades de governança e expectativas profissionais do STJ. Com esse roteiro, é possível definir os passos para que a AUD evolua do nível atual de capacidade para um nível de auditorias internas fortes e eficazes.

**FIGURA 5** Níveis de capacidade e conceitos para classificação de auditoria interna do STJ



Fonte: Adaptação de Internal Audit Capability Model (IA-CM) for the Public Sector do IIA-Global.

A iniciativa, que se propõe a orientar a elaboração das políticas, processos, procedimentos e ferramentas tecnológicas de Auditoria Interna, necessários para sua efetividade, tem o objetivo de aprimorar as capacidades da AUD e adotar práticas, de forma progressiva e ordenada, aumentando o valor agregado ao STJ pelos serviços prestados pela Secretaria de Auditoria Interna.

Após a execução de Plano de Ação para institucionalizar todas as atividades relacionadas ao nível 2 do referido modelo, a Secretaria de Auditoria Interna do STJ realizou, no 2º semestre de 2022, uma segunda autoavaliação – a primeira foi no 2º semestre de 2019 visando identificar a sua capacidade da função auditoria interna, bem como estabelecer as ações a serem planejadas e implementadas para o atingimento do NÍVEL 3 de capacidade do Modelo IA-CM.

O novo diagnóstico permitiu concluir que, quanto ao NÍVEL 3, 73% das atividades estão desenvolvidas e institucionalizadas, 23% desenvolvidas, mas não institucionalizadas e 4% ainda não desenvolvidas.

Em 2023, o projeto IA-CM que fazia parte do portfólio dos projetos estratégicos do STJ (Plano STJ 2021-2026) foi convertido para projeto setorial e desenvolveu-se novo plano de ação, constando as atividades necessárias para o atingimento do nível 3 – Integrado, bem como a data final de dezembro de 2024 para a completa institucionalização dos KPAs do referido nível do IA-CM. Registre-se, por fim, que o plano prevê para o final de 2024 a realização de avaliação externa da capacidade da auditoria interna do STJ, utilizando o modelo IA-CM.

GRÁFICO 9 Atividades essenciais do nível 3



Fonte: Elaboração Própria – 2024

A tabela n. 8, abaixo, apresenta as ações concluídas e as previstas para serem executadas no segundo ciclo de implantação do projeto IA-CM:

**TABELA 8** Produtos IA-CM

<b>PRODUTO FASE 1</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Banco de lições aprendidas	Concluído
Base de dados de históricos das fases de fiscalização	Em desenvolvimento
Código de Conduta Ética dos Auditores Internos	Concluído
Estatuto da Secretaria de Auditoria Interna	Concluído
Fluxograma do Planejamento da AUD	Concluído
Fluxograma do processo de Auditoria	Concluído
Manual de Auditoria	Concluído
Matriz de recursos da AUD	Concluído
Adoção de Normas Internacionais para prática Profissional de Auditoria Interna	Concluído
Padrão de avaliação de riscos e controles internos	Concluído
Padrão de elaboração e atualização de normas da AUD	Em desenvolvimento
Padrão de Monitoramento de Recomendações	Concluído
Padrão de Planejamento	Concluído
Padrão de relatórios e notas de auditoria	Em desenvolvimento
Plano Diretor	Concluído
Plano operacional	Concluído
Plano orçamentário da AUD	Concluído
Política de uso de ferramentas tecnológicas no âmbito da AUD	Concluído
Política/Plano de capacitação	Concluído
Política/Plano de comunicação da AUD	Em desenvolvimento
Política/Plano de incentivo e valorização do servidor da AUD	Concluído
Processo de Comunicação interna e externa da AUD	Não iniciado
Sistema informatizado para gerenciamento da atividade de AI	Em avaliação
<b>PRODUTO FASE 2</b>	<b>SITUAÇÃO</b>
Execução da Política de Comunicação	Em desenvolvimento
Revisão do Fluxograma de Monitoramento das Auditorias	Em desenvolvimento
Revisão e Execução do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna – PAQMAI	Em desenvolvimento
Padrão de Elaboração do Relatório de Atividades	Em desenvolvimento
Executar a Política de Capacitação	Em desenvolvimento
Mecanismo de Custos das AUD	Concluído
Alocação de servidores	Concluído

PRODUTO FASE 2	SITUAÇÃO
Execução do Programa de Valorização do Servidor da AUD – PIVAUD	Em desenvolvimento
Política de Disponibilização e Acesso às Informações	Concluído
Manual de Consultoria	Concluído
Fluxograma do Processo de Consultoria	Concluído
Padrão de Trabalho de Consultoria	Concluído
Mecanismos de Supervisão e apoio gerencial para a Atividade de AI	Concluído
Revisão e Execução do Método de Avaliação do Universo de Auditoria	Em desenvolvimento
Revisão do Padrão de Planejamento	Não iniciado
Revisão do Padrão de Monitoramento	Em desenvolvimento
Metodologia de Auditoria Baseada em Riscos	Em andamento
Reuniões periódicas de Equipe	Em andamento

Fonte: Elaboração Própria – 2024

## 8.2 Projeto Estratégico AUDPREVINE

Por meio de uma solução de extração, filtragem, análise de dados e resultados/alertas baseados em *machine learning*, a Secretaria de Auditoria Interna submeteu a iniciativa AUDPREVINE, que fora proposta durante a abordagem prática da ação externa de educação “Trilha de Ciência de Dados”, para aprovação do Diretor-Geral, que a incluiu – em julho de 2023 – no portfólio de projetos estratégicos do STJ.

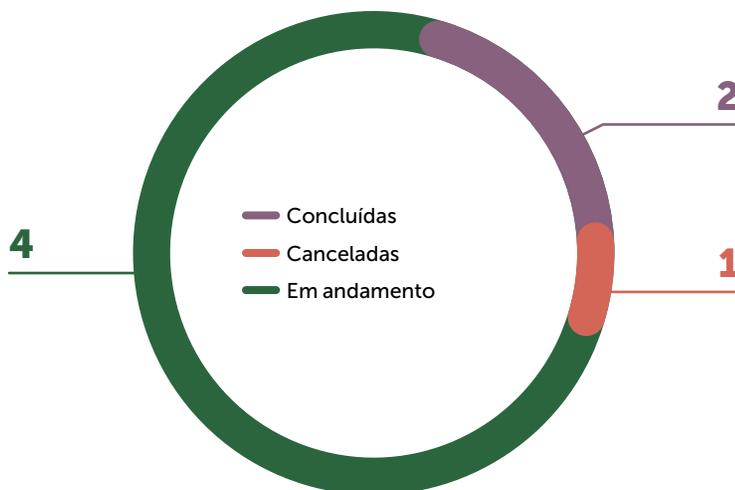
No decorrer do 2º semestre de 2023, foi desenvolvida uma aplicação web que disponibiliza uma análise histórica e quantitativa dos processos de contratação, com possibilidade de filtragens e buscas, além de visualização de histórico de arquivos por tipo dentro de um processo. Esses dados, inclusive, já estão sendo utilizados ainda que em testes para auxiliar os servidores da SAD no acompanhamento dos processos do Planejamento das Contratações e Aquisições PCAq. No escopo da Auditoria de Contas e no acompanhamento da gestão contratual, foi desenvolvido um protótipo que separa a partir de um arquivo PDF do processo notas fiscais, notas de empenho, relatórios de liquidação e outros documentos correlatos e cruza suas informações em busca de inconsistências, de forma a aumentar o escopo e confiabilidade das análises de auditoria requisitadas pelo TCU anualmente (\*).

*(\*) Em atenção aos princípios da publicidade e da accountability (prestação de contas), no contexto do acompanhamento dos atos relacionados ao processo de contratação e às ações de contexto, o STJ deve – anualmente – prestar contas dos recursos recebidos para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, nos STJ | SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA PLANO DIRETOR DA AUD 2022-2025 22 termos da Lei 8.443 de 1992 e IN nº 84 de 2020*

### 8.3 Ações Estruturantes

O Plano de Ação da Secretaria de Auditoria Interna contém, além das atividades finalísticas, as ações estruturantes (que visam realizar melhorias na execução, gestão e controle dos processos de trabalho e aprimorar a eficiência e os resultados dos trabalhos). O gráfico, a seguir, demonstra a proporção de atividades em relação à fase de desenvolvimento que se encontravam, no final de 2023:

**GRÁFICO 10** Situação das ações estruturantes em 2023



Fonte: Elaboração Própria – 2024

A tabela n. 9 relaciona as ações estruturantes e respectivo status de execução:

**TABELA** Ações estruturantes

AÇÕES ESTRUTURANTES				
Nº	Ação estruturante	Indicador	Objetivo da AUD	Status
1	Elaborar o Manual de Auditoria Baseada em Riscos	Ações realizadas pela AUD que contribuem para a gestão de riscos e controles internos	Contribuir para a Governança, a Gestão de Riscos e os Controles Internos no Tribunal	Em andamento
2	Estruturar e acompanhar as ações para gestão de riscos e controles	Ações realizadas pela AUD que contribuem para a gestão de riscos e controles internos	Contribuir para a Governança, a Gestão de Riscos e os Controles Internos no Tribunal	Em andamento
3	Revisar os principais processos de Trabalho da AUD	Gestão dos Riscos nos Principais Processos de Trabalho da AUD	Gestão dos Riscos nos Principais Processos de Trabalho da AUD	Em andamento
4	Desenvolver as matrizes de riscos dos principais processos de Trabalho da AUD	Gestão dos Riscos nos Principais Processos de Trabalho da AUD	Gestão dos Riscos nos Principais Processos de Trabalho da AUD	Em andamento

**AÇÕES ESTRUTURANTES**

Nº	Ação estruturante	Indicador	Objetivo da AUD	Status
5	Atualizar o Processo de Monitoramento das Recomendações, com base no Manual de Auditoria do Judiciário (CNJ)	Atendimento às Recomendações (estratégico)	OE – Aprimorar a Governança Institucional	Concluída
6	Estruturar a função Consultoria na Auditoria Interna, para atender o estabelecido na Res. CNJ 309/2020	Realização das consultorias	Desenvolver a função consultoria na Auditoria Interna	Concluída
7	Estruturar a AUD para exercer a modalidade de Prestação de Contas, instituída pela IN TCU 84/2020	Realização do Plano Anual de Auditoria	Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD	Cancelada

Fonte: Elaboração Própria – 2024



# 9 Desempenho do Plano Diretor 2022-2025

## 9.1 Resultados

### 9.1.1 Promover a qualidade e a efetividade da Auditoria Interna

Para que a auditoria interna auxilie a organização no cumprimento das suas responsabilidades de governança corporativa, essa função deve operar nos mais altos níveis de qualidade, mediante avaliação contínua e implementação de melhoria de sua eficácia.

O indicador “**Índice geral de avaliação contínua**” IGAC mede o nível de qualidade dos trabalhos de auditoria interna a partir do resultado dos questionários de avaliação contínua do Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna – PAQMAI, que são encaminhados às unidades auditadas, à equipe de auditoria e ao supervisor.

Os resultados obtidos foram: 96,24% (1º semestre) e 95,55% (2º semestre). O consolidado do ano atingiu o patamar de 95,94%, portanto, superior à meta e ao resultado de 2022, que atingiu 89,66% (nível progressivo). Esse índice indica o nível avançado, quando é observado que os mecanismos e instrumentos necessários são suficientes e atendem plenamente às necessidades dos atores envolvidos e que as normas e padrões de auditoria interna são utilizados plenamente.

### 9.1.2 Contribuir para a governança, a gestão de riscos e os controles internos no Tribunal

O desenvolvimento desse objetivo toca aspectos intangíveis que permeiam a cultura do pensar, do examinar, do reportar e do agir no contexto do trabalho. Com base nisso, incumbe à AUD contribuir e lançar luz aos aspectos de gerenciamento de riscos que estão em todos os contextos de trabalho dentro do STJ, ainda que de maneira tácita.

Dessa forma, a AUD busca estimular um olhar atual acerca da gestão de riscos no Tribunal, baseado em boas práticas incentivadas por instituições de Auditoria e Controle. Nesse intento, compreende-se que as iniciativas relacionadas à gestão de riscos dentro da AUD têm o potencial de refletir na adesão das demais unidades do Tribunal. Portanto, seja ao gerir os riscos nos processos de trabalho da Secretaria, seja no desempenho das atividades de auditoria interna baseadas em risco, a AUD percebe o seu papel no fomento a uma cultura organizacional contemporânea quanto ao tema. Nesse sentido, no ano de 2023 a AUD desenvolveu as seguintes iniciativas relacionadas à promoção da governança, da gestão de riscos e controles internos:

- a.** Auditoria integrada na contratação, concessão e prestação de conta de diárias e passagens aéreas no STJ – *utilização de metodologia baseada em riscos*
- b.** Auditoria Integrada – Precatórios – *utilização de metodologia baseada em riscos*
- c.** Auditoria Integrada – Ressarcimento – *utilização de metodologia baseada em riscos*
- d.** Auditoria operacional de Segurança Cibernética – *utilização de metodologia baseada em riscos*
- e.** Início do Desenvolvimento da nova metodologia de apuração do Universo de Auditoria com base em riscos
- f.** Monitoramento na Auditoria Integrada no componente atividades de controle – Proteção e Salvaguarda de ativos vulneráveis, prevenção e combate a incêndio e continuidade de negócios – *oriundo de auditoria baseada em riscos*
- g.** Monitoramento na Auditoria de conformidade com o objetivo de avaliar o componente Ambiente de Controle do sistema de controle interno do STJ – *oriundo de auditoria baseada em riscos*
- h.** Monitoramento Auditoria Integrada sobre procedimentos adotados pela Administração na concessão de promoção e progressão funcional e na avaliação de desempenho – *oriundo de auditoria baseada em riscos*
- i.** Ação Coordenada CNJ – Política contra Assédio e Discriminação;
- j.** Consultoria para elaboração da Política de Gestão de Frota;
- k.** Consultoria no Processo da Contratação -Guia de orientação – Levantamento de mercado e requisitos da contratação (início);
- l.** Monitoramento na Auditoria baseada em riscos na gestão da frota do STJ – oriundo de auditoria baseada em riscos;
- m.** Monitoramento da Auditoria de Conformidade Baseada em Riscos do Processo de Contratação -oriundo de auditoria baseada em riscos;

### 9.1.3 Fortalecer a imagem da AUD

O desenvolvimento das ações desse objetivo estratégico almeja reforçar a imagem da Secretaria perante as unidades auditadas, oferecendo serviços de auditoria de qualidade, com comunicação efetiva dos resultados e do valor que gera para o STJ, de modo a aprimorar a governança institucional.

O acompanhamento dessa iniciativa estratégia deu-se por meio do indicador Satisfação com a AUD, o qual visa medir o nível de satisfação das unidades auditadas com os serviços prestados pela AUD. Em novembro de 2023, a AUD realizou uma pesquisa para obter os dados dessa mensuração.

A pesquisa obteve 16 respostas, totalizando uma taxa de 62,16% de participação das unidades auditadas no STJ. As seguintes unidades participaram:

- Gabinete do Diretor-Geral (GDG)
- Assessoria de Ética e Conduta (AEC)
- Assessoria de Gestão Estratégica (AGE)
- Centro de Formação e Gestão Judiciária (CEFOR)
- Secretaria de Processamento de Feitos (SPF)
- Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP)
- Secretaria de Polícia Judicial (SPJ)
- Ouvidoria (OUV)
- Secretaria de Administração (SAD)
- Secretaria de Comunicação Social (SCO)
- Secretaria de Documentação (SED)
- Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS)
- Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF)
- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)
- Secretaria Judiciária (CORA)
- Secretaria Judiciária (SECLO)

Os itens pesquisados se referiam à qualidade das etapas do processo de auditoria, incluindo questões como planejamento, monitoramento, consultorias, disponibilidade e prontidão dos auditores e contribuição para melhoria dos processos das unidades.

Sua meta foi alcançar, em 2023, 75% de satisfação com os serviços prestados. No resultado geral, alcançou-se 78% de satisfação.

**GRÁFICO 11** Satisfação com a AUD



Fonte: Elaboração Própria – 2024

## 9.2 Processos Internos

### 9.2.1 Aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos da AUD

A Secretaria de Auditoria Interna planeja suas atividades em conformidade com a Resolução n. 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, observando também as orientações do Instituto de Auditores Internos do Brasil IIA Brasil.

ASSIM, O PLANEJAMENTO DA UNIDADE DE AUDITORIA É DIVIDIDO EM DOIS PLANOS DE PERSPECTIVAS TEMPORAIS DIFERENTES:



FIGURA 6 Plano Diretor 2022-2025

Estabelece as diretrizes e as respectivas metas para um ciclo de 4 (quatro) anos. É nele que se encontra o Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, exigido pela Resolução CNJ n. 309/2020.



Fonte: Portal da Transparência da AUD



FIGURA 7 Plano Operacional 2023

Estabelece o conjunto de ações de fiscalização e de gestão da secretaria para o período de 1 (um) ano. Ele contempla o Plano Anual de Auditoria – PAA, exigido pela Resolução CNJ n. 309/2020, e o Plano de ações de gestão da atividade de auditoria interna.



Fonte: Portal da Transparência da AUD

O acompanhamento e o monitoramento dos indicadores e das ações definidas no planejamento da AUD são realizados quadrimestralmente, de acordo com a metodologia adotada pelo STJ para as unidades administrativas alinhadas à estratégia do Tribunal.

Ademais, com a finalidade de aprimorar o planejamento das atividades da auditoria interna, em 2023, a AUD realizou as seguintes ações:

- **Execução do projeto IA-CM:** A Secretaria de Auditoria Interna do STJ adota o Modelo de Capacidade de Auditoria Interna desenvolvido pela Fundação de Auditoria Interna do IIA – Internal Audit – Capability Model (IA-CM). Essa fer-

ramenta identifica os fundamentos para uma auditoria interna eficaz, descrevendo o caminho para que uma organização do setor público possa atender suas necessidades de governança e expectativas profissionais.

- **Elaboração de relatórios de desempenho da Auditoria Interna:** Foram elaborados o Relatório de Atividades, em que se demonstraram os principais resultados da AUD na condução da atividade de auditoria interna do Tribunal, referente ao exercício de 2023; e três Relatórios de Desempenho Setorial – RDS, relativos aos 1º, 2º e 3º quadrimestre de 2023, nos quais são observados o desempenho dos indicadores da AUD e as respectivas análises críticas.
- **Participação em reuniões gerais e gerenciais.**

TABELA 10 Reuniões realizadas

Nº	DATA	REUNIÕES GERAIS (ASSUNTO):
1	16/02/2023	Reunião Geral CAUC
2	07/03/2023	Reunião Geral CAUP
3	08/03/2023	Apresentação do Sistema de Acompanhamento das Recomendações Expedidas pela Auditoria Interna
4	27/03/2023	Alinhamento sobre o acompanhamento das contratações de TI e possibilidades de compartilhamento de análises entre STJ e TCU
5	03/04/2023	Dimensionamento da Força de Trabalho CAUG -DFT
6	14/04/2023	Contas: Precatórios
7	18/04/2023	Precatórios: Contas (parte II)
8	03/05/2023	Escopo Precatórios
9	12/05/2023	Reunião com Wadson CAUT (Servidores CAUT)
10	08/05/2023	Fluxo Precatórios para agendar reunião com a CEJU
11	24/05/2023	Precatórios
12	06/06/2023	Feedback do fórum e futuras ações
13	07/06/2023	Reunião Geral CAUT
14	14/06/2023	Conversa sobre o Lists AUD
15	15/06/2023	Consultoria
16	23/06/2023	Auditoria Anual de Contas
17	03/07/2023	Reunião Geral CAUG
18	06/07/2023	Projeto IA-CM Resultado do 2º diagnóstico
19	07/07/2023	Cronograma Contas
20	11/07/2023	Reunião sobre AUD Informa
21	25/07/2023	Automatização de análises auditoria precatórios
22	16/08/2023	Assuntos Gerais – Gabinete AUD
23	17/08/2023	Prestação de Contas CAUP
24	18/08/2023	Ponto de Controle de planilhas da Caixa (Precatórios)
25	29/08/2023	Organização do Planejamento 2024
26	30/08/2023	Avaliação das Propostas PAQMAI

<b>Nº</b>	<b>DATA</b>	<b>REUNIÕES GERAIS (ASSUNTO):</b>
27	31/08/2023	Revista AUD
28	04/09/2023	Andamento dos trabalhos da Unidade (CAUT)
29	07/09/2023	Ponto de Controle de planilhas da Caixa (Precatórios)
30	14/09/2023	Reunião Geral Nova Gestão e Planejamento para 2024
31	15/09/2023	Andamento dos trabalhos da Unidade (CAUC)
32	17/09/2023	Ponto de Controle de planilhas da Caixa (Precatórios)
33	19/09/2023	Programa de Consultoria da CAUG
34	20/09/2023	Conversa sobre Lists de recomendações de auditoria
35	20/09/2023	Amostra do Processo de Contas
36	23/10/2023	Relatório de Gestão Fiscal
37	23/10/2023	Relatório preliminar achados (andamento dos trabalhos)
38	26/10/2023	Consultorias
39	30/10/2023	Resultados da Ação coordenada pelo CNJ acerca da Política contra Assédio e Discriminação no âmbito do STJ
40	06/11/2023	Controle das Recomendações
41	27/11/2023	Reunião com a CAUP
42	06/12/2023	Auditoria SAGTI (Padronização de Contrato)
43	13/12/2023	BI Controle das Recomendações
44	13/12/2023	Guia Referencial Notas Explicativas
45	14/12/2023	Projeto IA-CM
46	15/12/2023	Controle das Recomendações

<b>DATA</b>	<b>REUNIÕES GERENCIAIS (ASSUNTO):</b>
1	08/02/2023 Reunião de Análise Tática 3º Quadrimestre de 2022
2	06/03/2023 Dimensionamento da Força de Trabalho
3	09/03/2023 Alinhamento sobre oficinas (Projeto piloto para aprimorar a comunicação e a colaboração da AUD)
4	14/03/2023 Indicação de servidor para projeto de dimensionamento da força de trabalho
5	27/04/2023 Apresentação da primeira versão do uso ferramenta Lists nos controles da AUD
6	11/05/2023 Auditoria Contas Anual do STJ 2023 Asseguração razoável
7	16/05/2023 Teletrabalho Norma do CNJ
8	18/05/2023 Teletrabalho Secretaria de Auditoria Interna
9	23/05/2023 Reunião de Análise Tática RAT
10	23/05/2023 Teletrabalho
11	12/06/2023 Validação do Fluxo do Processo de Trabalho de Prestação de Contas
12	27/06/2023 IA-CM
13	05/07/2023 Teletrabalho
14	19/07/2023 Planejamento para Auditoria de Contas de 2023

DATA	REUNIÕES GERENCIAIS (ASSUNTO):
15	29/08/2023 Mudança de Gestão – Andamento das unidades
16	31/08/2023 Papel de trabalho P330.1 Resp. Gerais
17	08/09/2023 Papel de Trabalho P330
18	25/10/2023 Continuação Objetivos Estratégicos da AUD, Indicadores e Responsabilidades
19	01/12/2023 Orientações para o teletrabalho na AUD
20	19/12/2023 Teletrabalho Situações Excepcionais

DATA	REUNIÕES EXTERNAS A AUD (ASSUNTO):	
1	03/02/2023 Visita do Secretário de Auditoria Interna do CJF à Auditoria Interna do STJ	CJF
2	18/04/2023 1ª Reunião Técnica do DICON 2023	DICON
3	25/04/2023 Encontro de equipes de Controle Interno e Externo	TCU
4	15/08/2023 9ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança e Coordenação do SIAUD-JUD	CNJ
5	21/08/2023 Acumulação de quintos com opção	STF
6	30/10/2023 Benchmarking com os servidores do STF	STF
7	21/11/2023 TC 027.355/2023-1 reunião TCU e tribunais superiores	TCU
8	29/11/2023 Auditoria de Pessoal STM Auditoria contínua sobre a folha de pagamento	STM
9	29/11/2023 Reunião: Trabalho de fiscalização Melhoria na gestão de riscos de segurança da informação	TCU
10	30/11/2023 2ª Reunião Ordinária e 2ª Reunião Técnica do DICON em 2023	DICON
11	12/12/2023 10ª Reunião Ordinária do Comitê de Governança e Coordenação do SIAUD-JUD	CNJ

Fonte: Elaboração Própria – 2024

### 9.2.2 Desenvolver a função Consultoria da Auditoria Interna

Mediante solicitação de instâncias específicas, a Secretaria de Auditoria Interna do STJ presta atividades de consultoria ao fornecer informações que contribuem para o aperfeiçoamento de processos e resultados quanto à governança, ao gerenciamento de riscos e aos controles do Tribunal da Cidadania. Essa atividade possui caráter objetivo, de modo a eximir o auditor da assunção de atividades de cogestão que impactem ou restrinjam a autonomia de auditorias futuras.

Cumprir informar que, em 2023, foi finalizado o seguinte trabalho de consultoria: Gestão de Contratos – Política de Gestão da Frota (Processo SEI n. 028968/2023).

FIGURA 8 Manual de Consultoria



Ressalta-se que o STJ, ao editar o Estatuto da Auditoria Interna do STJ, consignou as principais diretrizes sobre a função Consultoria, sendo necessário, entretanto, um documento que estabelecesse todos os requisitos e procedimentos que permitam a realização efetiva dessa atividade. Assim, a AUD elaborou um Manual de Consultoria, publicado em 2023.

Fonte: Portal da Transparência da AUD



### 9.2.3. Aperfeiçoar a Gestão de Riscos na Auditoria Interna

O STJ, por meio da Instrução Normativa STJ/GP n. 4, de 6 de fevereiro de 2020, regulamentou a Política de Gestão de Riscos do Tribunal com o intuito de incorporar a visão das ameaças e oportunidades à tomada de decisão, alinhada às melhores práticas adotadas no setor público.

Nesse contexto, em 2023 realizaram-se as seguintes ações:

- Realização do curso Gestão de Riscos no Setor Público com base na Norma ISO 31000:2018;
- Início das certificações profissionais internacionais na ISO 31000 (C31000 *Certified ISO 31000 Risk Management Professional*);
- Mapeamento do processo de consultoria;
- Gestão de riscos do processo de consultoria.

Os fluxogramas dos processos de trabalho mapeados na AUD podem ser conferidos no caminho a seguir:



- ✓ **Intranet STJ > Institucional > Secretaria de Auditoria Interna > Macroprocesso Auditoria e Aperfeiçoamento.**

### 9.2.4 Aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades do Tribunal

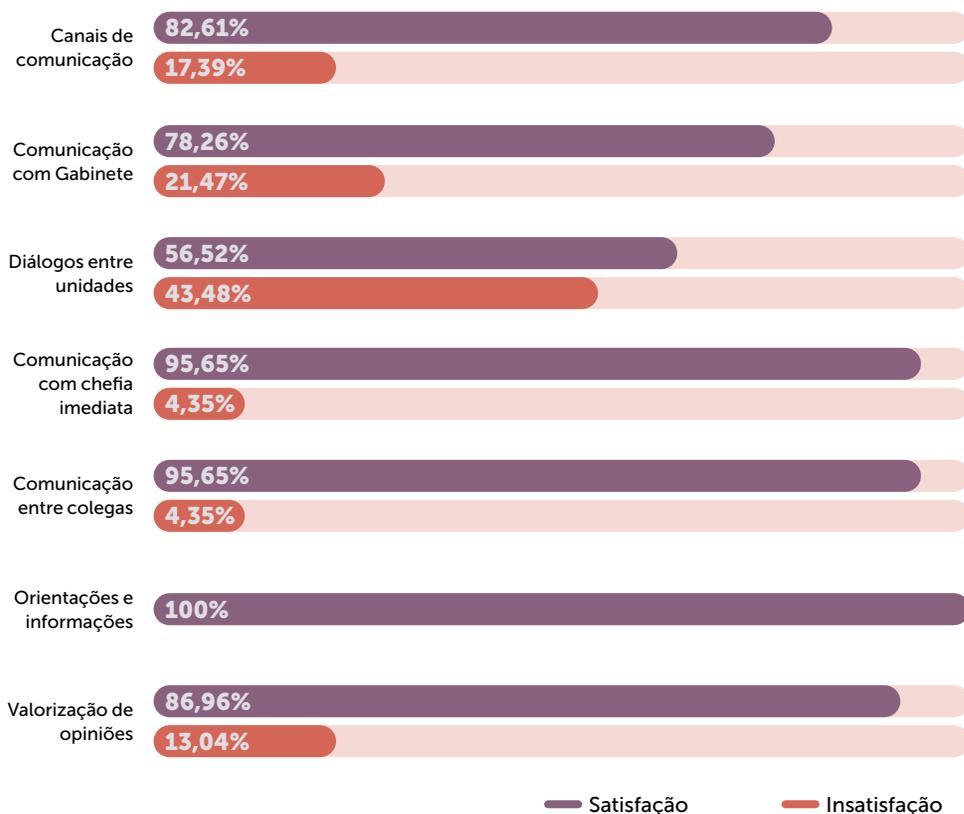
A auditoria interna busca a comunicação assertiva com as partes interessadas, de forma a promover a eficácia e a efetividade na implementação dos resultados de sua atuação, o nivelamento do conhecimento e o alinhamento de expectativas

em relação aos trabalhos de auditoria. No ano de 2022, a AUD deu início ao aprimoramento de comunicação interna e com as unidades do Tribunal.

Na perspectiva da relação da AUD com as unidades auditadas do tribunal, tem-se o indicador Efetividade da Comunicação em Auditorias, que mede o percentual de efetividade da comunicação dos resultados dos trabalhos contínuos de auditoria interna. Por seu turno, o indicador intitulado Percepção Interna da Comunicação é medido através do percentual de satisfação do servidor da AUD quanto aos quesitos relacionados à efetividade da comunicação interna.

Em pesquisa aplicada em 2023 sobre a satisfação com a comunicação interna da AUD, com 62,16% do total da unidade participante, obteve-se um Índice Geral de Satisfação de 85,09%. Esta pesquisa avaliou os seguintes elementos: canais de comunicação, comunicação com o Gabinete, diálogo entre unidades, comunicação com chefia imediata, comunicação entre colegas e valorização de opiniões. Assim, foram obtidos os seguintes resultados:

**GRÁFICO 12** Resultados da Pesquisa de Satisfação com a Comunicação Interna



Fonte: Elaboração Própria – 2024

Nota-se que a unidade superou a meta estabelecida para o ano (70%) em todos os eixos de comunicação avaliados, com exceção do diálogo entre as unidades. Em decorrência do resultado e das observações que foram registradas pelos servidores, algumas ações já foram iniciadas:

- a. Realização de reuniões com todos os servidores, separadamente, por coordenadoria – para dar o feedback das informações coletadas e ampliar o canal de diálogo;
- b. Institucionalização da Política e do Plano de Comunicação aprovados, por meio do Projeto IA-CM;
- c. Aprovação no PAC-AUD 2024 de 19 ações de capacitação:
  - » Governança nas Aquisições
  - » Auditoria Interna Governamental
  - » Gestão de Riscos
  - » Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira com Tesouro Gerencial
  - » Governança Institucional
  - » Gestão de Metas e Resultados
  - » Governança de Privacidade e Proteção de Dados
  - » Consultoria em Auditoria
  - » Power BI
  - » Elaborando Relatórios de Auditoria – uma abordagem prática e interativa
  - » Excel Intermediário e Avançado
  - » Microsoft Office 365 Intermediário (Lists e Sharepoint)
  - » Comunicação
  - » Gestão de Equipes
  - » Ações Externas (Contabilidade Pública para não Contadores; Auditoria em Folha de Pagamento e Despesa com Pessoal; Auditoria em Folha de Pagamento no Setor Público, Gestão de Custos no Setor Público; Curso de Elaboração de Notas Explicativas).
- d. Retorno da revista Auditoria em Foco;
- e. Divulgação de cursos de capacitação por meio do informativo CAPACITAud;
- f. Reuniões gerais com todos os servidores da Secretaria de Auditoria Interna.

**FIGURA 9** Política de Comunicação da AUD



Como relatado acima, uma importante ação realizada nesse quesito foi a elaboração da Política de Comunicação da AUD (contendo em seu anexo o Plano de Comunicação), a qual estabelece e amplia os canais de comunicação da Secretaria de AI com as partes interessadas, objetivando divulgar os resultados de seus trabalhos, a estratégia, bem como a importância da unidade no atingimento dos objetivos estratégicos institucionais.

**Fonte:** Portal da Transparência da AUD



**Para aprimorar o processo de comunicação interna e com as unidades auditadas, a AUD promoveu:**

- Divulgação dos sumários executivos das ações de fiscalização. Os Sumários Executivos comunicam de forma resumida o resultado das auditorias realizadas pela AUD. Nele estão contidas a motivação do trabalho, quais as constatações da AUD, bem como suas recomendações.
- Informativo AUD Informa: Criado para dar maior agilidade na comunicação com os servidores, trata de temas de fácil comunicação, tais como: fóruns de auditoria, treinamentos, confraternizações, sustentabilidade, desempenho da AUD etc. Foram encaminhados 20 informativos AUD Informa, em 2023.
- Reuniões com os gerentes e reuniões com os servidores da AUD a fim de promover o nivelamento de conhecimentos e a disseminação de informações, bem como fortalecer as relações de complementariedade entre as subunidades. Realizaram-se 20 reuniões gerenciais e 46 reuniões gerais.
- Divulgação de matérias sobre as atividades de auditoria interna no informativo interno Conexão STJ. Entre as notícias veiculadas, destacam-se:
  - » [Desempenho da Auditoria Interna \(30/11/2023\)](#)
  - » [A Auditoria quer ouvir sua opinião \(24/11/2023\)](#)
  - » [Evento discute boas práticas de auditoria no Poder Judiciário \(05/06/2023\)](#)
  - » [Conheça a nova página da Auditoria Interna \(16/05/2023\)](#)
  - » [Auditoria ainda mais parceira \(10/05/2023\)](#)
  - » [AUD finaliza relatório de auditoria nas contas anuais de 2022 \(10/04/2023\)](#)
  - » [Auditoria Interna divulga planejamento de trabalho para os próximos exercícios \(20/01/2023\)](#)



- Reuniões com unidades administrativas do Tribunal para apresentação ou debate de temas relevantes de interesse mútuo.

## AUD com Entidades Públicas e Privadas

- Visita do Secretário de Auditoria Interna do Conselho de Justiça Federal (CJF) à Auditoria Interna do STJ (03/02/2023);
- 1ª Reunião Técnica do Conselho de Dirigentes de Órgãos de Controle Interno da União (DICON) 2023;
- Encontro de equipes de Controle Interno e Externo (25/04/2023);
- 9º Reunião Ordinária do Comitê de Governança e Coordenação do Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário (SIAUD-JUD) (15/08/23);
- Reunião com STF sobre acumulação de quintos com opção (21/08/23);
- Benchmarking com os servidores do Supremo Tribunal Federal (30/10/2023);
- Reunião com TCU e Tribunais Superiores sobre processo TC 027.355/2023-a (21/11/2023);
- Reunião sobre auditoria contínua sobre Folha de Pagamento com Superior Tribunal Militar (STM);
- Reunião de trabalho de fiscalização Melhoria na gestão de riscos de segurança da informação (29/11/23);
- 2ª Reunião Ordinária e 2ª Reunião Técnica do DICON em 2023 (30/11/2023);
- 10º Reunião Ordinária do Comitê de Governança e Coordenação do SIAUD-JUD.

## 9.3 Pessoas e Recursos

### 9.3.1 Desenvolver as competências dos auditores

O desempenho das atribuições direcionadas aos servidores da AUD requer múltiplas competências que envolvem aspectos técnicos, gerenciais e comportamentais. Nesse sentido, com o apoio do Centro de Formação e Gestão Judiciária – CEFOR, a AUD busca investir na capacitação técnica de seus colaboradores por meio da oferta de cursos voltados ao tema 'auditoria', ao tempo em que incentiva a participação dos servidores em cursos que agreguem conhecimento complementar à atividade-fim da Unidade.

Em 2023, os servidores da AUD realizaram 3952 horas de capacitação, distribuídas nos segmentos demonstrados na tabela n. 11 a seguir:

TABELA 11 Capacitações realizadas por segmento e carga horária

CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA
Administração Geral	30h
Administração Pública	97h
Aprendizagem Contínua	6h
Atos e Análises Processuais	35h
Auditoria e controle	10h
Competências Gerenciais	453h
Criatividade e Inovação	225h
Direito administrativo	190h
Direito constitucional	54h
Direito previdenciário	60h
Educação Financeira	32h
Equidade de Gênero	11h
Feedback	8h
Gerenciamento do Tempo	40h
Gestão da Informação	12h
Gestão da Pessoas	21h
Gestão de desempenho	30h
Gestão de projetos	40h
Gestão de Riscos	474h
Habilidade para Lidar com Problemas	50h
Língua portuguesa	202h
Motivação	8h
Orçamento e finanças	56h
Organização, Coordenação e Monitoramento do Trabalho	70h
Orientação para a Diversidade e Inclusão Social	38h
Orientação para a Ética e Integridade	14h
Orientação para Sustentabilidade	72h
Orientação para Transparência	40h
Outros ramos do direito	8h
Planejamento	50h
Processos Educacionais	6h
Qualidade de Vida e Bem-Estar	36h
Regimento interno do STJ	100h
Relacionamento interpessoal	17h
Saúde e Segurança do Trabalho	16h
Tecnologia da informação	343h
Teoria da Decisão Judicial	7h
Tomada de Decisão	69h
Visão sistêmica	264h

Dedicaram-se 668 horas para o segmento de Auditoria e Controle, o que representou 16,90% do saldo total. Dentro desse tema, foram realizadas 8 ações de capacitação, conforme se observa a seguir:

**TABELA 12** Auditoria e Controle: horas por curso

<b>CURSO</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>
Auditoria baseada em risco	121h
Auditoria Baseada em Risco Etapa II	25h
Curso prático de Prestação de Contas Anuais: Emprego do Tesouro Gerencial	70h
Elaboração de Relatórios de Auditoria	72h
Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário	300h
Introdução ao Controle Interno	40h
Papéis de Trabalho em Auditoria Interna Governamental	16h
Técnicas de Auditoria Interna Governamental	24h

**Fonte:** Elaboração Própria – 2024

Ainda quanto ao segmento de Auditoria e Controle, ressalta-se a participação de 15 servidores no Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário.

### 9.3.2 Intensificar o uso de tecnologias para automação de processos de trabalho da AUD

A Secretaria de Auditoria Interna tem empenhado esforços para utilizar a tecnologia da informação em seus processos de trabalho, com o objetivo de melhorar o modo como as atividades são realizadas, aumentar a produtividade da AUD, bem como contribuir para a qualidade de vida de seus servidores. Dentro desse objetivo, realizaram-se as seguintes ações:

- **Auditoria contínua:** utilização de ferramentas tecnológicas, como o Microsoft Power BI e a linguagem de programação Python, na construção de trilhas de auditoria, no âmbito da auditoria contínua.

Em 2023, foram executadas as seguintes trilhas

- Rubrica 0001 – Vencimento Básico;
- Rubrica 003 – Gratificação Judiciária;
- Rubrica 0450 – Gratificação de Atividade de Segurança;
- Rubrica 0022 – Gratificação Natalina;
- Rubrica 0227 – Plano de Seguridade Social;
- Rubrica 0628 – Plano de Seguridade Social – Teto Previdenciário;
- Rubricas 0336, 0337, 0338, 0339, 0474, 0475 – Função de Confiança e de Cargo em Comissão;
- Rubrica 0014 – Substituição;
- Avaliação de relatório de empenho, notas fiscais e liquidação (Auditoria Previne);
- Definição da amostra e andamento das contratações de TI por fase (AUD Previne).

### 9.3.3 Implementar ações de valorização do servidor da AUD

Valorizar o servidor da AUD tem relação com o reconhecimento do empenho dedicado aos objetivos da Unidade e, por consequência, do STJ. Nesse sentido, compreende-se a valorização da equipe como um elemento motriz nas relações de trabalho construtivas e na busca por soluções e resultados.

Em 2023 foi implementada a Pesquisa de Satisfação do Servidor da AUD, de modo a medir o nível de satisfação dos servidores em relação ao ambiente de trabalho na Secretaria, para identificar oportunidades de melhoria.

O grau de satisfação foi obtido por meio de pesquisa realizada em formulário a ser preenchido de forma anônima e disponibilizado a todos os servidores da Secretaria. Houve a participação de 16 respondentes, o que representava 62,16% do quadro de servidores da unidade, no momento da aplicação.

A referida pesquisa procurou medir a opinião dos servidores da Secretaria de Auditoria Interna acerca de práticas de valorização relacionadas ao Programa de Incentivo e Valorização dos Servidores da AUD (PIVAUD), contando com 6 perguntas em que os participantes deviam atribuir notas de 0 a 10, sendo que 0 corresponde a "Completamente Desvalorizado" e 10 a "Completamente Valorizado".

Esta pesquisa está atrelada ao indicador "Satisfação do Servidor da AUD", que possui a meta de 75% de satisfação. A AUD ultrapassou a meta prevista no que concerne à percepção de valorização dos servidores em relação ao trabalho na Secretaria, tendo alcançado 87,68% de satisfação geral.

**GRÁFICO 13** Pesquisa de Valorização do Servidor da AUD



Os itens “Feedback” e “Ações de capacitação” foram destaques, alcançando um índice de satisfação de mais de 90%. Ainda no que diz respeito aos pontos positivos, nas questões abertas foi dito que a AUD é um excelente lugar para se trabalhar e que durante essa gestão é possível que a unidade avance bastante, pois tem se aprimorado.

Por outro lado, o elemento “espaço físico e sistemas de TI” aponta como aquele que exige maior atenção, com menos de 83% de satisfação. Desse modo, é possível inferir que o espaço físico não é considerado totalmente favorável ao trabalho e que os sistemas de tecnologia da informação existentes ainda não estão adequados às atividades executadas. Além disso, nas respostas abertas, alguns servidores disseram desconhecer práticas de valorização adotadas pela Secretaria de Auditoria Interna e criticaram a volta para um regime presencial de trabalho, decisão que está fora da alçada da Secretaria de Auditoria Interna.

Assim, destaca-se que, embora a AUD esteja bem avaliada por seus integrantes sobre sua atuação em prol da valorização do servidor, é salutar que ainda existam pontos passíveis de aprimoramento. Ainda no que diz respeito a esse quesito, a AUD elaborou um Programa de Incentivo e Valorização do Servidor, que está gradualmente sendo implementado. A ideia é executar ações de diferentes tipos, para que todos os servidores se sintam contemplados, satisfeitos e valorizados. Um exemplo concreto é a ação de capacitação “Conecta AUD”, realizada em dezembro de 2023, cujo objetivo foi propiciar aos participantes uma visão sistêmica da unidade, demonstrar como as atividades de cada um podem impactar no trabalho dos outros, perceber as linguagens de valorização existentes e melhorar a integração da equipe.

A unidade elaborou um cartaz com os resultados da pesquisa, para divulgar a toda a Secretaria e, ao final de 2024, será aplicada nova pesquisa de satisfação. ■

# 10 Capacitação dos Servidores

**A** AUD mantém, segundo as diretrizes do CEFOR (Centro de Formação e Gestão Judiciária), o processo permanente e estruturado de aprendizagem e capacitação que utiliza ações de formação e de aperfeiçoamento com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de competências individuais e institucionais dos auditores e servidores da Secretaria.

No ano de 2023, foram realizadas pela AUD ações de capacitação, que contemplaram as áreas temáticas das quatro subunidades bem como os assuntos de interesse dos servidores do gabinete da AUD, as quais estão evidenciadas na tabela n. 13:

**TABELA 13** Capacitação por tipo, temática e curso

TIPO	TEMÁTICA	CURSO
Técnico	Administração Geral	Ferramentas Digitais no STJ Teams Noções básicas 2023
		Congresso Brasileiro Nova Lei de Improbidade Administrativa
		Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência no e-PRO 2023
		Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência no e-PRO 2023
		Oficina de aquisição de bens e Oficina de aquisição de bens e serviços com pronta entrega com obrigações
		Oficina de aquisição de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação
		Oficina de aquisição de terceirização de mão de obra
	Atos e Análises Processuais	Pesquisa de Jurisprudência no STF
	Auditoria e controle	Auditoria baseada em Riscos
		Auditoria Baseada em Risco Etapa II
Curso prático de Prestação de Contas Anuais: Emprego do Tesouro Gerencial		

TIPO	TEMÁTICA	CURSO	
Auditoria e controle		Curso prático de Prestação de Contas Anuais: Emprego do Tesouro Gerencial	
		Elaboração de Relatórios de Auditoria	
		Fórum Permanente de Auditoria do Poder Judiciário	
		Introdução ao Controle Interno	
		Papéis de Trabalho em Auditoria Interna Governamental	
Criatividade e Inovação		Design Thinking Aplicado aos Processos da Secretaria de Auditoria	
		Formação de Laboratoristas: Trilha I	
		Formação de Laboratoristas: Trilha II	
		Tribunal é você quem faz: É 2033! PRESENCIAL	
Técnico	Direito administrativo	Elaboração de Editais para Aquisições no Setor Público	
		Elaboração de termos de referência para contratação de bens e serviços na Nova Lei de Licitações	
		Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos	
		Lei nº 8112/90 e suas alterações	
		Nova Lei de Licitações e Contratos: aspectos gerais e pontos de atenção	
	Direito constitucional		Nova Lei de Licitações: planejamento e governança
			Aposentadoria e Pensão de servidores: Atualizações conforme Emenda 103/2019
			Simpósio Internacional "A Questão Indígena: Justiça e Futuro" online e/ou presencial
	Direito previdenciário		Técnica Legislativa Noções Básicas
			Aposentadorias e Pensões e Aplicação da E.C n.103/2019
Educação Financeira		Como Planejar seus Investimentos	
		Finanças para Profissionais não Financeiros 2023	
Equidade de Gênero		Inteligência Financeira	
		Seminário sobre o protocolo para o julgamento com perspectiva de Gênero do CNJ Presencial	
Gestão da Informação		Curso básico de proteção de dados pessoais	

TIPO	TEMÁTICA	CURSO
Técnico	Gestão de projetos	Gerenciamento de Projetos na Prática
		Capacitação em Gestão de Riscos ISO 31.000/2018
	Gestão de Riscos	Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o caso)
		Introdução à Gestão de Riscos
		Lições de Crase 2023
	Língua portuguesa	Português Interpretação de Texto e Emprego de Regras Gramaticais
		Tópicos de Sintaxe da Língua Portuguesa 2023
		Gestão da Folha de Paga-mento e Remuneração no Serviço Público
	Orcamento e finanças	Suprimento de fundos e cartão de pagamento
		A importância do Compliance para a prestação Jurisdicional no STJ
	Organização, Coordenação e Monitoramento do Trabalho	Microsoft 365 e Microsoft Teams: por uma comunicação eficiente
		OKR: Alcançando objetivos com maestria
	Orientação para a Ética e Integridade	Ética na Segurança da Informação: Qual a sua responsabilidade? (Via Zoom)
	Orientação para Sustentabilidade	Agenda 2030 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 2023
	Orientação para Transparência	Ouvidorias Judiciais: Fundamentos e Funcionamento na Prática 2023
	Outros ramos do direito	Metaverso: impactos na sociedade e no direito
		Análise de riscos para contratações de TIC
	Planejamento	Aquisições de TI Da origem da demanda ao resultado
	Processos Educacionais	Diálogos sobre escrita acadêmica
	Saúde e Segurança do Trabalho	Brigada Voluntária
Tecnologia da informação	Aplicação do Power BI para Aprimoramento da Gestão	
	CCISO: Certified Chief Information Security Officer	
	ECIH Certified Incident Handler	
Tecnologia da informação	Ferramentas Básicas do Office Excel	
	Fundamentos de Machine Learning e Deep Learning	

TIPO	TEMÁTICA	CURSO	
Técnico	Tecnologia da informação	Governança de TIC para o Governo Digital	
		Inteligência Artificial na Prática	
		Métodos de Análise Exploratória de Dados	
		Nivelamento em Python	
	Teoria da Decisão Judicial	Cooperação Judiciária e Cooperação Interinstitucional PRESENCIAL	
	Tomada de Decisão	Decisão de Risco: ameaça ou oportunidade? 2023	
Gerencial	Competências Gerenciais	Business Intelligence em Gestão de Pessoas e Carreiras	
		Desenvolvimento Gerencial Individual	
		E-Liderança: como Gerenciar e Liderar Equipes em Ambientes Remotos	
		Eu, competente! Por que você ainda precisa se aprimorar? 2023	
	Feedback	Introdução aos Estudos do Aprimore 2023	
		Como faço para ser ouvido? Uma conversa sobre feed-back humanizado PRESENCIAL	
		Gerenciamento do Tempo	Gestão do Tempo e Produtividade
		Gestão da Pessoas	Seminário de Governança em Gestão de Pessoas
		Gestão de desempenho	Desenvolvendo Times de Alta Performance
		Organização, Coordenação e Monitoramento do Trabalho	Liderança e Gestão de Equipes Híbridas: novos desafios exigem novas estratégias
Orientação para a Diversidade e Inclusão Social	Mulheres no Comando: De-safios, Antagonismos e Oportunidades nas Organizações (PRESENCIAL)		
Regimento interno do STJ	Regimento Interno do STJ: cidadania em movimento 2023		
Comportamental	Aprendizagem Contínua	Proteção e Prevenção da Violência contra a Mulher VIRTUAL	
	Criatividade e Inovação	Ética e Administração Pública	
	Criatividade e Inovação	Palestra: Insights nada convencionais para inovar no Poder Judiciário ONLINE AO VIVO	
	Habilidade para Lidar com Problemas	Inteligência Emocional	

TIPO	TEMÁTICA	CURSO
Comportamental	Motivação	Motivação e Trabalho juntos numa pessoa: você!
	Organização, Coordenação e Monitoramento do Trabalho	Autonomia e proatividade na realização do trabalho
		Produtividade e Satisfação no trabalho! O Mindfulness pode ajudar você
	Orientação para a Diversidade e Inclusão Social	Inclusão de gênero na ponta da língua
		Seminário Internacional "Igualdade e Justiça. A Construção da Cidadania Plural" Presencial
	Orientação para a Ética e Integridade	Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação PRESENCIAL
		Roda de Conversa Assédio Moral, Sexual e Discriminação: vamos falar sobre? Turma VIRTUAL
	Qualidade de Vida e Bem-Estar	A vida pede equilíbrio Janeiro branco
		Círculo de Acolhimento Parental: Desfralde Consciente
		Círculo de Acolhimento Parental: Inteligência Emocional
Círculo de Acolhimento Parental: Telas e a Infância: como encontrar um equilíbrio?		
Círculo de Acolhimento Parental: Violências Invisíveis e o Impacto na Infância		
Relacionamento interpessoal	Educar sem punir	
	Seminário Justiça e Equidade Racial: resgatando raízes, transformando o futuro VIRTUAL	
	Traumas na infância e o impacto na vida adulta	
Visão sistêmica	Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário Brasi-leiro.	
	O Poder da Inteligência Emocional	
	Conecta AUD	

Fonte: Elaboração Própria – 2024

# 11 Declaração de Manutenção da Independência

**A** garantia de um trabalho imparcial e com resultados confiáveis para todas as unidades auditadas é uma condição essencial para a execução das ações da auditoria interna. Conforme o Estatuto da Auditoria Interna do STJ:

*“A atividade de auditoria interna, observada a relação de supervisão com o Conselho de Administração, permanecerá livre de interferência de qualquer decisão monocrática de autoridade, instância ou área da organização, especialmente sobre questões de seleção de objeto para auditoria, escopo, procedimento, frequência, oportunidade ou conteúdo de reporte de auditoria, de forma a manter a atitude mental necessária de independência e objetividade.”*

Adicionalmente, o art. 5º, II, da Resolução CNJ n. 422 de 28 de setembro de 2021 determina que o relatório anual de atividades conterá:

*II. a declaração de manutenção da independência durante a atividade de auditoria, indicando se houve alguma restrição não fundamentada ao acesso completo e livre a todo e qualquer documento, registro ou informação.*

Assim, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução n. 422/2021 do Conselho Nacional de Justiça c/c item 9.4, inciso II, do Estatuto da Auditoria Interna, aprovado pela Resolução STJ/GP n. 7/2021, DECLARO que esta unidade de auditoria interna atuou com independência, livre de qualquer interferência ou influência na seleção dos temas a serem auditados, na determinação do escopo dos trabalhos de auditoria, na execução dos procedimentos, bem como no julgamento profissional e no reporte de seus resultados, o que possibilitou a manutenção de avaliações e posicionamentos independentes e objetivos, conforme preceitua o art. 19 da Resolução 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça.

Adicionalmente, DECLARO que, durante a atividade de auditoria, não houve qualquer restrição ao acesso completo, livre e irrestrito a todo e qualquer documento, registro ou informação, conforme asseguram os art. 18 e seguintes da Resolução CNJ n. 309/2020.

## Observação

No STJ, existem três instâncias que constituem o mecanismo de supervisão e apoio à Secretaria de Auditoria Interna, às quais contribuem, fortalecem e asseguram a independência da unidade no desenvolvimento de seus trabalhos.

A tabela n. 14 lista as instâncias:

**TABELA 14** Mecanismo de Supervisão e Apoio à Auditoria Interna

INSTÂNCIA DO MECANISMO	FUNÇÃO
Conselho de Administração do Superior Tribunal de Justiça	Supervisão, apreciação e aprovação do Estatuto de Auditoria Interna, do Código de Conduta do Auditoria, do Programa de Qualidade da Auditoria Interna, dos Planos Estratégicos quadrienais, Planos Anuais de Auditoria e Relatórios Anuais de Atividades de Auditoria Interna
Comitê de Governança do Sistema de Auditoria do Poder Judiciário	Supervisão e Apoio na avaliação e debate de temas das unidades de auditoria dos órgãos jurisdicionados ao CNJ, no estabelecimento das diretrizes das avaliações e consultorias, na promoção da integração do SIAUD-Jud com outros sistemas da Administração Pública
Gestores Seniores do Superior Tribunal de Justiça	Apoio, feedback e aconselhamentos na priorização dos objetos de auditoria, do planejamento estratégico da auditoria, do aprimoramento e acompanhamento do Plano Anual de Auditoria e para o aprimoramento da atividade.

**Fonte:** Elaboração Própria – 2024



# 12 Principais Riscos e Fragilidades de Controle no Tribunal

---

**P**olítica de Gestão de Riscos do STJ foi regulamentada por meio da IN STJ/GP n. 4/2020 com o objetivo de estabelecer os princípios, os objetivos, a estrutura, o processo, as diretrizes e as responsabilidades inerentes ao gerenciamento de riscos. Além disso, a Assessoria de Conformidade e Integridade Digital do STJ dissemina a metodologia de riscos no Tribunal e orienta as unidades a fazerem a identificação e a gestão das próprias ameaças, destacando-se o trabalho feito para identificação dos riscos relacionados ao Plano Anual de Contratações e Aquisições do STJ (PCAq).

A AUD também colabora com esse processo, tendo em vista que seus trabalhos contribuem para o aperfeiçoamento da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles do Tribunal. Assim, ao tecer recomendações em suas auditorias, por exemplo, possibilita que as inconformidades encontradas não afetem os resultados do Tribunal. Ademais, todos os trabalhos realizados pela Secretaria identificam os riscos ou as possíveis deficiências de controles no Tribunal, apresentando oportunidades de melhorias. Ainda, a AUD levanta bianualmente a situação de riscos e controles nas unidades auditadas para a priorização dos objetos a serem avaliados no exercício seguinte. A unidade também utiliza a metodologia de auditoria baseada em riscos, na qual o planejamento da auditoria é pautado pelos principais riscos do objeto.

No exercício de 2023, são elencados, a seguir, os principais riscos de controle levantados nos trabalhos da AUD:

TABELA 15 Principais Riscos de Controle Levantados nos Trabalhos da AUD 2023

COORDENADORIA	RISCOS LEVANTADOS	Nº PROCESSO SEI
CAUP	Necessidade de aferir a independência da Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação; Ausência de realização de levantamento de riscos e impactos de práticas de assédio e discriminação; Ausência de monitoramento do quantitativo de pessoas capacitadas na política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação; Ausência da realização de pesquisas sobre assédio e discriminação; Ausência de efetuação de controles de recebimento e acompanhamento de denúncias; Impossibilidade de acompanhamento estatístico dos casos de assédio e discriminação.	014384/2023
	Necessidade de aprimorar os controles internos administrativos das unidades responsáveis pelos atos sujeitos a registros no TCU.	Processos administrativos referentes à nomeação, aposentadoria e pensão.
	Necessidade de aprimoramento dos critérios de transparência na disponibilização de informações sobre ressarcimentos.	030127/2022
CAUC/CAUP	Desconhecimento, inobservância ou interpretação equivocada dos normativos; indisponibilidade ou inadequação de sistemas; ausência de segregação de funções, revisão ou conferência; que podem acarretar requisição de passagens e diárias (RPD) inadequada, ocasionando atrasos, não realização ou a realização de deslocamento desnecessário ou inadequado, com o consequente desperdício de recursos públicos e potencial danos à imagem institucional.	7816/2023
	Desconhecimento, inobservância ou interpretação equivocada dos requisitos de comprovação; Ausência de segregação de funções, revisão ou conferência; Deficiências nos fluxos de informação e comunicação; centralização excessiva de responsabilidades; Indisponibilidade ou inadequação de sistemas; Inadequação dos requisitos de comprovação previstos; que poderão ocasionar a prestação de contas de forma inadequada ou inexistente, resultando em falta de <i>accountability</i> (dificuldade de responsabilização e falta de transparência) bem como danos ao erário.	7816/2023
	Inexistência de critérios predefinidos e/ou sistematização no estudo de melhores soluções de mercado, podendo acarretar a aquisição desnecessária, que poderá levar ao retrabalho ou à possibilidade de escolha da solução que não a mais vantajosa e danos ao erário.	

COORDENADORIA	RISCOS LEVANTADOS	Nº PROCESSO SEI
CAUC/CAUP	Inexistência ou inadequação de ferramentas; Desconhecimento, inobservância ou interpretação equivocada das cláusulas contratuais; Deficiências nos fluxos de informação e comunicação; centralização excessiva de responsabilidades; que poderão acarretar gestão e fiscalização do contrato de passagens inadequada; com conseqüente inexecução parcial ou total do contrato e/ou pagamentos indevidos, causando danos ao erário.	
	Os conflitos de interesses, a inexistência de normas e diretrizes, a não compreensão dos papéis e responsabilidades, a incapacidade técnica da equipe de consultores e uma inadequada estrutura de governança podendo levar a uma perda da independência e objetividade da auditoria com conseqüente prejuízo à atividade de auditoria, desconfiguração das atribuições da auditoria, danos à imagem da auditoria e da organização.	036514/2023
CAUC	Consultores sem capacitação, inexperientes ou em número insuficiente, ausência de regulamentação e fontes de pesquisa, podendo levar à elaboração inadequada de manual, com conseqüente falta de agregação de valor, retrabalho, prejuízo ao erário, danos à imagem da auditoria.	036514/2023
	Falta de diretrizes, não estabelecimento dos papéis e responsabilidades, não avaliação de admissibilidade do objeto de consultoria levando a uma atuação em cogestão da unidade de auditoria com conseqüente prejuízo a atividade de auditoria, descumprimento das normas de auditoria e comprometimento da independência e objetividade da auditoria.	028968/2023
	Equipe de consultoria inexperiente ou sem capacitação, inexistência de diretrizes e procedimentos apropriados levando a um trabalho que não agrega valor com conseqüente prejuízo à imagem da auditoria, desmotivação dos auditores e dos gestores, retrabalho e danos ao erário.	028968/2023
	Processos de trabalho críticos executados essencialmente de forma manual.	12.556/2023
	Ausência ou inadequação da atividade de supervisão ao longo dos processos de trabalho.	12.556/2023
CAUG	Equipe de trabalho não condizente com o volume de trabalho que é executado essencialmente de forma manual.	12.556/2023
	Ausência ou inadequação da atividade de supervisão ao longo dos processos de trabalho de elaboração das Notas Explicativas.	19.929/2023

COORDENADORIA	RISCOS LEVANTADOS	Nº PROCESSO SEI
CAUG	Divergências nas formas de processamento de dados entre sistemas internos do STJ (Administra) e o SIAFI, resultando em valores discrepantes para representação dos mesmos fatos contábeis nas contas do Tribunal.	19.929/2023
CAUT	Uso inadequado dos ativos corporativos, em razão da fragilidade no processo de gestão do inventário de ativos corporativos de TI	015763/2023
	Qualidade não satisfatória na execução e no desempenho dos serviços de TI, em razão de controles/processos frágeis ou inexistentes para as atividades de inventário e controle de ativos.	015763/2023
	Utilização de ativos obsoletos e/ou não autorizados na infraestrutura do Tribunal, em razão de controles/processos frágeis e/ou inexistentes.	015763/2023
	Execução de softwares sem suporte do fabricante, em razão de licenças vencidas que permitem a exploração de vulnerabilidades por ameaças internas e externas.	015763/2023
	Exposição (confidencialidade, disponibilidade, integridade e não repúdio) indevida de informações, em razão da fragilidade em controles da gestão de vulnerabilidades.	015763/2023
	Utilização de termos de versões distintas entre as versões ITIL v3 e 4, podendo levar a dificuldades no entendimento por parte dos licitantes.	010199/2021 (Nota de auditoria emitida em 2023)
	Identificação inadequada do custo estimado da solução.	010199/2021 (Nota de auditoria emitida em 2023)
	Comprometimento do sucesso da contratação, em razão da definição frágil dos requisitos relacionados às práticas e processos consignados no TR, confrontada com a maturidade do Tribunal e com o tempo, em princípio, exíguo definido para a implantação da solução	010199/2021 (Nota de auditoria emitida em 2023)
Dimensionamento (seleção de práticas) indevido da solução, em razão da ausência de demonstração consistente e suficiente, que considere a relação custo x benefício	010199/2021 (Nota de auditoria emitida em 2023)	

# 13 Considerações Finais

---

**A** necessidade de direcionar recursos de forma a fortalecer a governança e agregar valor e benefícios ao STJ tornou-se fundamental para o cumprimento das iniciativas da área, que deve estar em estreita harmonia com os objetivos do Tribunal.

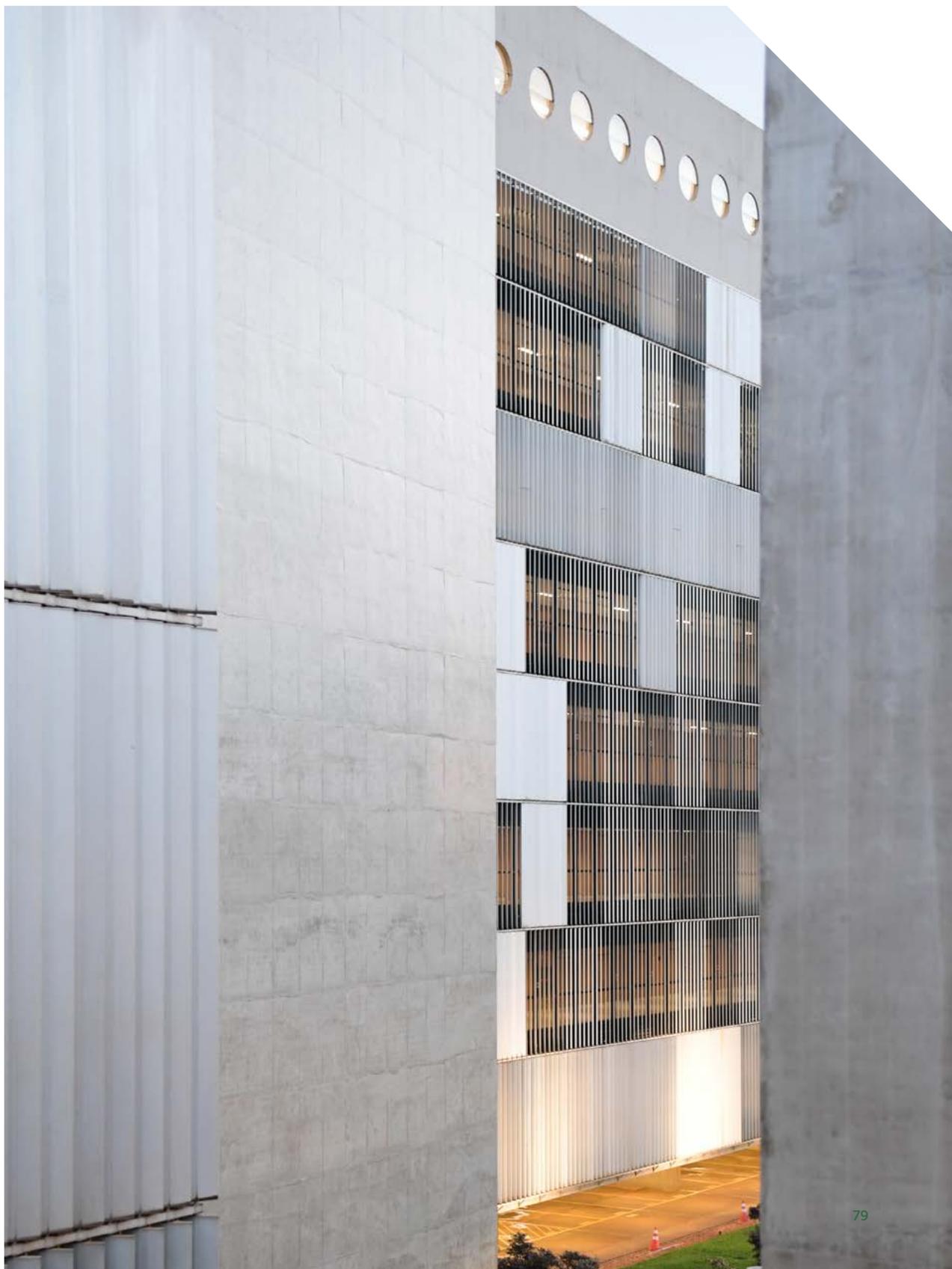
Este Relatório teve como objetivo informar sobre a atuação da unidade de auditoria interna, no exercício de 2023. No presente documento, encontram-se registrados, principalmente, o desempenho da Secretaria de Auditoria Interna em relação ao Plano Anual de Auditoria (que é parte integrante do Plano Operacional da unidade).

Os resultados obtidos apontam para a continuidade do desenvolvimento do trabalho e o estímulo ao constante aprimoramento da Unidade de Auditoria Interna e o fortalecimento da sua relação com as unidades e instâncias de governança do Tribunal.

No corpo do documento foram evidenciados os principais resultados dos trabalhos de avaliação e consultoria realizados, que tiveram foco em procedimentos licitatórios, processos de contratação geral e de TI, conformidade na prestação de contas, proteção e salvaguarda de ativos vulneráveis, governança de pessoal, assédio e discriminação, folha de pagamento, ressarcimento em função da cessão de servidores e segurança cibernética.

A AUD possui muitos desafios a enfrentar para fazer frente às novas tendências do ambiente atual que exige que as instituições atuem com resiliência e agilidade. Necessidade continuada de aprimoramento do processo de comunicação interna (com seus colaboradores) e com as partes envolvidas (alta administração, unidades auditadas, órgãos externos) continuam fazendo parte do planejamento da capacitação dos servidores da unidade; bem como o desenvolvimento em temas relevantes de governança institucional, de gestão de riscos, de prestação de contas, de governança de privacidade e proteção de dado, segurança cibernética, inteligência artificial, modelo de capacidade da auditoria interna, reporte e gestão.

Para o ano de 2024, a AUD seguirá as diretrizes estabelecidas no planejamento quadrienal (2022 a 2025), executando os trabalhos que priorizem os temas audíveis avaliados com base nos critérios de materialidade, risco e relevância para o STJ, bem como implementando e institucionalizando os produtos do projeto IA-CM – Modelo de Capacidade da Auditoria Interna para fins de obter a melhoria dos processos de trabalho e alcançar um aumento do nível de maturidade da unidade. ■



# 14 Referências

---

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 12 jun. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução n. 308, de 11 de março de 2020**. Organiza as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3288>. Acesso em: 11 abr 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução n. 309, de 11 de março de 2020**. Aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário – DIRAUD-Jud e dá outras providências. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3289>. Acesso em: 11 abr 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução n. 422, de 28 de setembro de 2021**. Altera a resolução CNJ n. 308/2020, que organiza as atividades de auditoria interna do Poder Judiciário, sob a forma de sistema, e cria a Comissão Permanente de Auditoria. Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original181750202109296154adce48f39.pdf>. Acesso em: 11 abr 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Plano Anual de Auditoria – Anexo I do Plano Operacional - 2023, de novembro de 2022**. Dispõe sobre o conjunto de ações e a programação das atividades da Secretaria de Auditoria Interna do STJ para um exercício, considerando o período determinado de 2023. É o principal instrumento de execução do Plano Diretor 2022-2025. Brasília: STJ, 2022. Disponível em: [https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/plano\\_operacional\\_aud\\_2023.pdf](https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/plano_operacional_aud_2023.pdf). Acesso em: 14 jun. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Plano Diretor 2022 – 2025 - 2ª revisão, de novembro de 2023**. Divulga os objetivos e as metas para o ciclo de 4 anos, considerando o período entre 2022 a 2025, no âmbito da Secretaria de Auditoria Interna do Superior Tribunal de Justiça. Brasília: STJ, 2024. Disponível em: [https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/plano\\_diretor\\_aud\\_2022-2025.pdf](https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/plano_diretor_aud_2022-2025.pdf). Acesso em: 12 jun. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Plano Operacional - 2023, de novembro de 2022**. Dispõe sobre o conjunto de ações e a programação das atividades da

Secretaria de Auditoria Interna do STJ para um exercício, considerando o período determinado de 2023. É o principal instrumento de execução do Plano Diretor 2022-2025. Brasília: STJ, 2022. Disponível em: [https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/plano\\_operacional\\_aud\\_2023.pdf](https://transparencia.stj.jus.br/wp-content/uploads/plano_operacional_aud_2023.pdf). Acesso em: 12 jun. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Relatório do Diagnóstico IA-CM – Modelo de Capacidade de Auditoria Interna 2022, de abril de 2023**. Apresenta os objetivos e resultados da autoavaliação das capacidades da atividade de Auditoria Interna do STJ e demonstra a Matriz do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna. Brasília: STJ, 2023. Disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/175746/Relat%c3%b3rio\\_do\\_diagn%c3%b3stico\\_IA\\_CM.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/175746/Relat%c3%b3rio_do_diagn%c3%b3stico_IA_CM.pdf). Acesso em: 12 jun. 2024.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Brasil). **Resolução STJ/GP n. 7 de 17 de março de 2021**. Aprova o Estatuto da Auditoria Interna e o Código de Ética do Auditor Interno do Superior Tribunal de Justiça. Brasília: STJ, 2021. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/152293>. Acesso em: 11 abr 2024. ■



**STJ**

| Secretaria de  
Auditoria Interna



**STJ**

Secretaria de  
Auditoria Interna